



**Instituto de Previdência dos
Servidores Públicos do Município de
Olímpia/SP**

OLIMPIAPREV

AVALIAÇÃO ATUARIAL

data base: 31/12/2016

Olímpia
27/04/2017

ÍNDICE

1. Introdução.....	4
1.1. Objetivo.....	4
1.2. Conteúdo.....	4
2. Relatório Estatístico.....	4
2.1. População Estudada.....	4
2.2. Servidores Ativos.....	5
2.2.1. Resumo Estatístico da Massa dos Servidores Ativos.....	5
2.2.2. Dados Básicos dos Servidores Ativos.....	6
2.2.3. Freqüência dos Servidores por Sexo.....	6
2.2.4. Média Salarial por Idade dos Servidores Ativos.....	7
2.2.5. Média Salarial por Tempo de Serviço dos Servidores Ativos.....	8
2.3. Servidores Aposentados.....	10
2.3.1. Freqüência de Entrada em Aposentadorias.....	10
2.3.2. Resumo Estatístico da Massa dos Servidores Aposentados.....	11
2.4. Pensionistas.....	11
2.4.1. Resumo Estatístico da Massa dos Pensionistas.....	11
3. Nota Técnica Atuarial.....	12
3.1. O Plano de Benefícios.....	12
3.1.1. Atuais Servidores – Possibilidades de Aposentadoria.....	12
3.1.2. Aposentadoria por Idade:.....	13
3.1.3. Aposentadoria por Invalidez:.....	13
3.1.4. Abono Anual (13º salário):.....	13
3.1.5. Pensão por Morte:.....	13
3.2. Bases Técnicas e Parâmetros do Modelo Atuarial.....	13
3.2.1. Regimes Financeiros.....	13
3.2.2. Tábuas de Eliminação Seleccionadas.....	14
3.2.3. Taxa de Juros.....	15
3.2.4. Tempo Anterior de Serviço.....	15
3.2.5. Compensação Previdenciária.....	15
3.2.6. Carência.....	15
3.2.7. Regime de Aposentadoria.....	15
3.2.8. Situação Funcional.....	16
3.2.9. Taxa de Crescimento Real do Salário.....	16
3.2.10. Contribuições Previdenciárias.....	16
3.2.11. Despesas Administrativas.....	16
3.2.12. Data Base.....	16
3.3. Fontes de Receita do Sistema Previdenciário.....	16
3.3.1. Elegíveis.....	17
3.3.2. Servidores Ativos ainda sem direito à Aposentadoria.....	17
3.4. Tábua De Serviço.....	17
3.4.1. Elementos Básicos da Tábua de Serviço.....	17
3.4.2. A Construção da Tábua de Serviço.....	18
3.5. Anuidades.....	19
3.5.1. Anuidade Certa.....	19
3.5.2. Anuidade Simples.....	19
3.5.3. Anuidade de Pensão Para Dependentes.....	20
3.5.4. Anuidade de Pensão Para Inválidos.....	20
3.6. O Cálculo dos Encargos.....	20
3.6.1. Encargos com a Aposentadoria Por Tempo de Serviço.....	21
3.6.2. Encargos com a Aposentadoria por Idade.....	22
3.6.3. Encargos com Pensão por Morte em Atividade.....	22
3.7. Cálculo da Folha de Salários.....	22
3.8. Cálculo das Taxas de Contribuição.....	23
3.9. Premissas da Nota Técnica Atuarial.....	23
3.9.1. Pressupostos Legais Básicos:.....	23



3.9.2. Premissas financeiro-atuariais.....	23
4. Avaliação Atuarial.....	24
4.1. Introdução.....	24
4.2. Resultados.....	24
4.2.1. O Sistema Atual.....	24
4.2.2. Plano de Custeio para a Situação Atual.....	25
4.3. Planos de Custeio para as Situações Propostas.....	27
4.3.1. Alíquota Única Suplementar.....	27
4.3.2. Segregação da massa de servidores ativos e inativos.....	27
4.3.3. Avaliação das Taxas Obtidas.....	27
4.4. Parecer Atuarial.....	28
5. Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial.....	33
6. Anexos.....	43



1. Introdução

1.1. Objetivo

A Avaliação Atuarial se propõe a definir o Plano de Custeio do sistema previdenciário do município de Olímpia - SP. Desta forma, processaremos a base de dados dos servidores ativos, servidores aposentados e pensionistas do município e através da aplicação de ferramentas e modelos atuariais, promoveremos o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema.

1.2. Conteúdo

O município de Olímpia possui um sistema previdenciário próprio representado pelo **Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Olímpia - OLIMPIAPREV**. O referido Instituto é responsável pelo pagamento das Aposentadorias e Pensões dos Servidores Públicos Municipais.

Este estudo, que se propõe a realizar a Avaliação Atuarial do plano de benefícios concedidos pelo regime próprio, se encontra dividido em três itens básicos: o Relatório Estatístico, a Nota Técnica e a Avaliação Atuarial. O primeiro visa apresentar um painel geral dos servidores municipais, tabulando algumas de suas características básicas que, por sua natureza, influenciam os resultados obtidos através da Avaliação Atuarial. A Nota Técnica é um resumo com os principais instrumentos utilizados no cálculo atuarial. E a Avaliação Atuarial é a análise técnica que apresenta o resultado do cálculo atuarial, com base em princípios atuariais, que permite, se houver necessidade, a reformulação do Plano de Custeio, tornando sempre viabilizado o Sistema Previdenciário do Município.

2. Relatório Estatístico

Uma Avaliação Atuarial depende, entre outros aspectos, de características inerentes à população estudada, tais como a distribuição etária e salarial, a proporção entre homens e mulheres e o tempo de serviço dos indivíduos dentro e fora da instituição. Aqui analisaremos os dados estatísticos a respeito do universo dos Servidores do Município. Abordaremos com detalhes, no **item 2.2**, as características da massa de Servidores Ativos, no **item 2.3** as peculiaridades do grupo de Servidores Aposentados e no **item 2.4** o grupo de Pensionistas.

2.1. População Estudada

Foram considerados, para fins deste estudo, os Servidores Ativos, os Inativos e os Pensionistas que se encontravam vinculados ao RPPS na data base do estudo atuarial, ou seja, em **31 de dezembro de 2.016**.

Os dados cadastrais foram levantados junto ao cadastro do Instituto, da Prefeitura Municipal e demais autarquias, sendo, na sua grande maioria, através de entrevista pessoal com cada servidor através de recadastramento realizado, totalizando **1.814** participantes assim distribuídos: **1.366 Servidores Ativos, 336 Aposentados e 112 Pensionistas**.

Após o processo de crítica do cadastro, que visa a identificação de dados inconsistentes, apurou-se que não haviam inconsistências na base de dados.

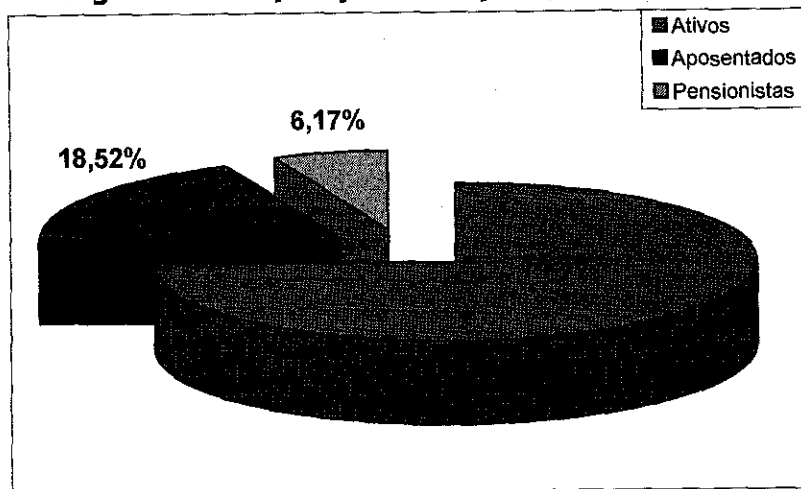
A tabela (1) a seguir exhibe a composição da população estudada, que é o alvo desta avaliação atuarial.

Tabela 1. Quantitativo do Quadro de Servidores/Pensionistas

QUANTITATIVO			
ATIVOS	APOSENTADOS	PENSIONISTAS	TOTAL
1.366	336	112	1.814

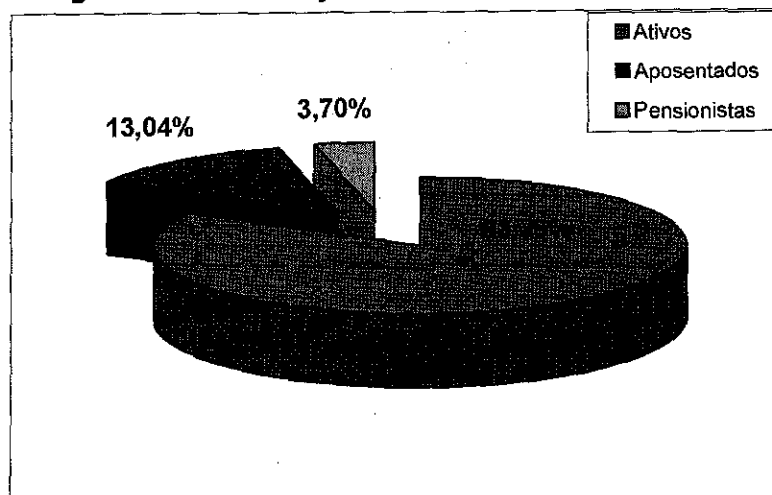
A população estudada é composta de **75,30%** de Servidores Ativos, **18,52%** de Servidores Aposentados e **6,17%** de Pensionistas.

Figura 1. Composição da População Estudada.



A figura (1) expressa os gastos do Município com relação ao atual quadro de servidores Ativos, Aposentados e os Pensionistas. Observa-se então, que, em relação ao total de despesas com pessoal, se gasta com os servidores Ativos **83,26%**, com os Aposentados **13,04%** e com os Pensionistas **3,70%**.

Figura 2. Distribuição de Gastos com o Pessoal.



2.2. Servidores Ativos

2.2.1. Resumo Estatístico da Massa dos Servidores Ativos

Número total se servidores.....	1.366
Idade Média.....	42,69
Idade Média de Entrada em Aposentadoria.....	63,59
Remuneração Média.....	2.397,95
Soma das remunerações	3.275.594,60

Observamos nos resumos estatísticos acima, que a idade média do servidor ativo é de **42,69 anos** e que a idade média de entrada em aposentadoria é **63,59 anos**. Se esta expectativa refletir uma tendência a ser observada no quadro de Servidores Ativos, teremos um tempo médio de contribuição de **20,90 anos** ao Sistema Previdenciário Municipal. Este período

representa mais da metade do tempo necessário para formar a reserva suficiente para custear benefícios vitalícios.

2.2.2. Dados Básicos dos Servidores Ativos

A tabela (2) considera a massa total dos Servidores Ativos, de acordo com o sexo.

Tabela 2. Dados Básicos dos Servidores Ativos

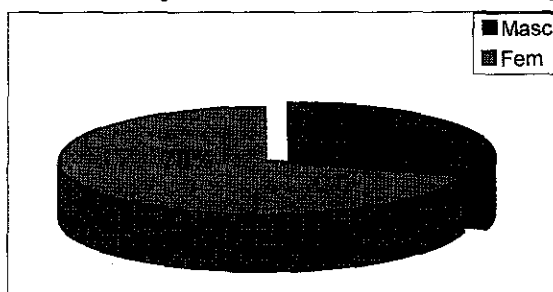
Item	M	% Total	F	% Total	Total	Média
Número Servidores	407	29,80	959	70,20	1.366	-
Idade Média	44,36	-	41,50	-	-	42,69
Tempo Serv Anterior Médio	2,50	61,18	1,59	38,82	4,09	2,05
Tempo Prefeitura Médio	15,51	55,51	12,43	44,49	27,94	13,97
Tempo Serv Total Médio	18,22	56,18	14,21	43,82	32,43	16,22
Salário Médio	2.713,63	-	2.263,97	-	-	2.397,95
Folha de Pagamento	1.104.447,5795	33,72	2.171.147,0198	66,28	3.275.594,60	-

A Idade Média exibida corresponde à razão entre o somatório das idades e o número de servidores, enquanto que a remuneração média equivale à razão entre o somatório das remunerações e o número de servidores.

2.2.3. Frequência dos Servidores por Sexo

No Plano de benefícios há um tratamento diferenciado conforme o sexo do participante, tendo as mulheres o direito à Aposentadoria por Idade ou por Tempo de Serviço cinco anos antes dos servidores do sexo masculino, fator este que conforme a situação, é responsável pela elevação dos custos do sistema. Pois as mulheres além de deixarem de contribuir por 5 anos, passarão esses 5 anos a mais na fase de recebimento dos benefícios.

Figura 3. Distribuição dos servidores Ativos por Sexo

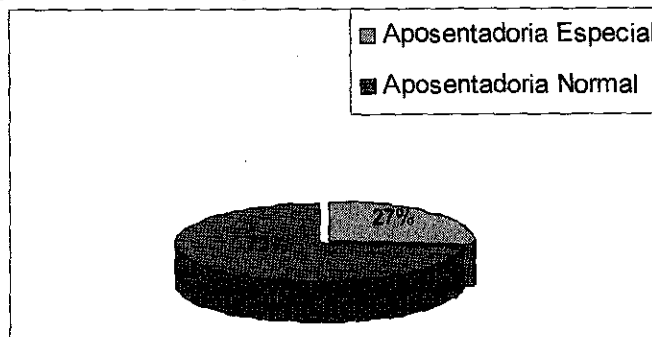


Como vemos, o percentual de Servidores do sexo masculino é de **30%** e do sexo feminino é de **70%**. Este desequilíbrio certamente reflete uma sobrecarga nas taxas de contribuição ao RPPS, uma vez que a mulher contribui por um período menor e, em contrapartida, tem direito ao Benefício Vitalício mais cedo com o agravante de uma expectativa de vida teoricamente maior em relação ao homem. Porém, a tábua de mortalidade adotada não prevê tal diferenciação, pois a tábua do IBGE preve a mortalidade média sem distinguir o sexo.

O percentual de Servidores que ocupam cargo com direito a aposentadoria chamada especial (redução de 5 anos na idade e no tempo de contribuição) é de **27%** enquanto que aqueles com cargos sem direito a este benefício é de **73%**. É de conhecimento que quanto maior for a faixa de servidores com direito a aposentadoria especial, maior será a complexidade de promover o equacionamento do déficit atuarial, pois assim como aqueles servidores do sexo feminino adquirem seus direitos para gozar o benefício da aposentadoria com uma antecipação de 5 anos comparados aos servidores do sexo masculino, os servidores ocupantes

exclusivamente de cargos com direito as aposentadorias especiais gozam de tal benefício, sendo que as mulheres ocupantes destes cargos, são as que mais oneram o sistema.

Figura 4. Distribuição dos Serv. Ativos por Cargo

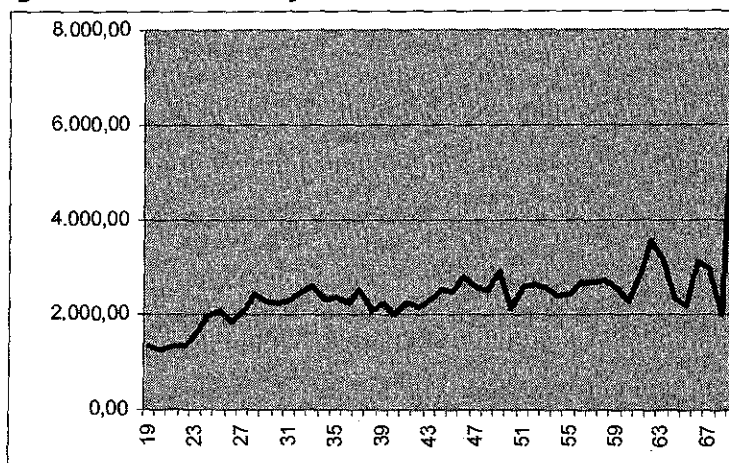


2.2.4. Média Salarial por Idade dos Servidores Ativos

Tecnicamente, tem-se como princípio, que a remuneração do servidor aumente conforme sua idade. No gráfico observamos que a remuneração dos Servidores Públicos Municipais apresenta um comportamento extremamente oscilatório, com ligeira tendência ao crescimento com o decorrer da idade.

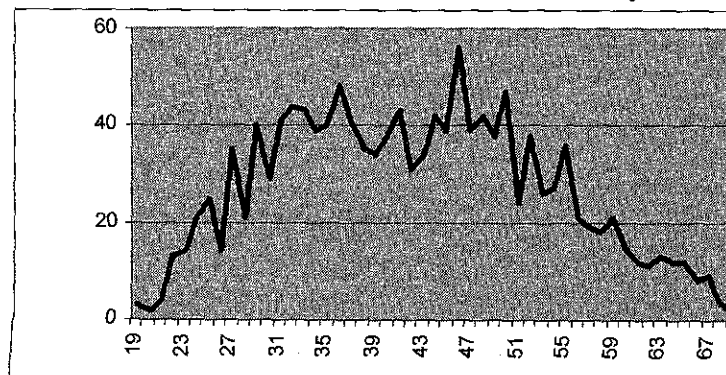
O gráfico da figura (5) ilustra a remuneração média dos Servidores Ativos por idade.

Figura 5. Remuneração Média dos Servidores Ativos



Abaixo a figura (6) apresenta o gráfico da frequência de servidores por idade.

Figura 6. Frequência dos servidores Ativos por Idade



Observa-se no gráfico acima, que a distribuição dos servidores ao longo da faixa etária apresenta uma concentração de servidores entre as idades de **36 e 48 anos**, sendo que o seu maior número se encontra com idade de **46 anos**.

Para o sistema previdenciário, quanto mais jovem for a população, menor será o seu ônus, pois, além deste capitalizar (construir suas reservas financeiras) através das contribuições que se estenderão por períodos mais longos, os benefícios previdenciários começarão a ser requisitados apenas após estes períodos.

2.2.5. Média Salarial por Tempo de Serviço dos Servidores Ativos

A informação acerca do tempo de serviço de cada participante do sistema previdenciário, não só em relação à Prefeitura, mas também a outros órgãos públicos ou privados, é fundamental para a previsão do tempo restante para o ingresso deste indivíduo na modalidade de Aposentadoria por Tempo de Serviço ou por Idade.

É esperado que a remuneração de um indivíduo reflita a evolução de sua capacidade em decorrência dos anos de experiência. Deste modo, é normal que a remuneração do servidor tenha um padrão crescente quando tabulada por seu tempo de serviço.

Analisando a figura (7) observamos que a Remuneração Média do servidor no Município em função do Tempo Anterior de Serviço apresenta crescimento oscilatório ao final do período, pelo Tempo de Prefeitura oscilando um pouco mais no decorrer do período e mais ainda ao final do período e pelo Tempo Total, crescente por todo o período de avaliação, porém, oscilando mais ao final.

Figura 7. Remuneração Média Tabulada pelo Tempo Anterior de Serviço

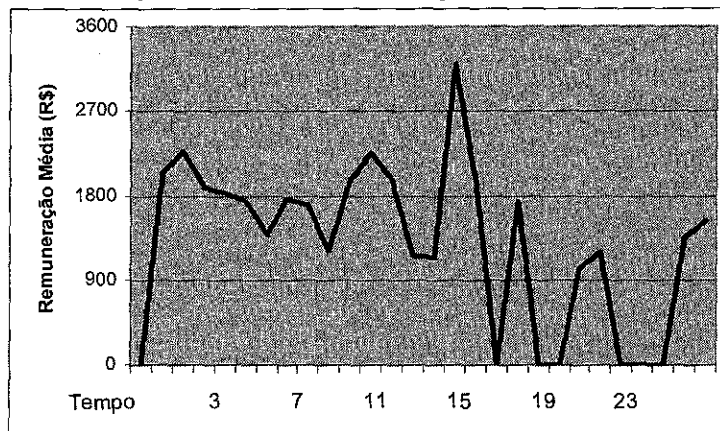


Figura 7a. Remuneração Média Tabulada pelo Tempo de Prefeitura

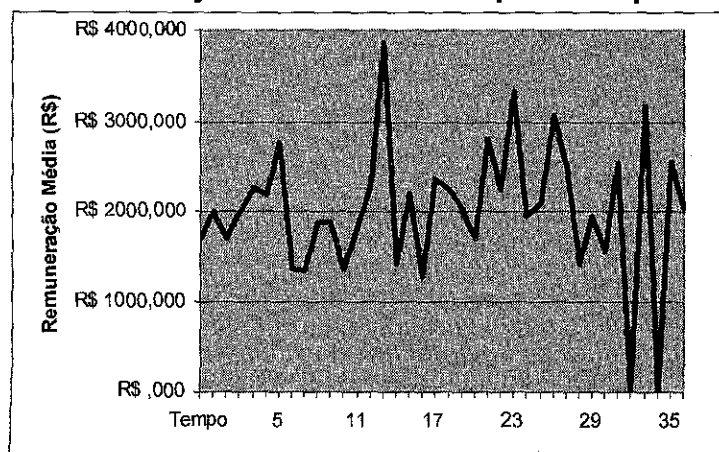
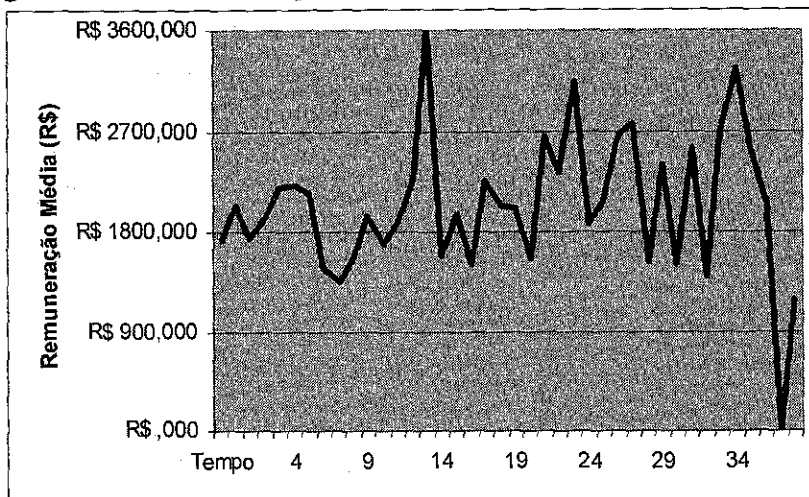


Figura 7b. Remuneração Média Tabulada pelo Tempo Total



A figura (8) expõe graficamente a freqüência de servidores por tempo de serviço.

Figura 8. Freqüência dos Servidores Ativos por Tempo Anterior de Serviço

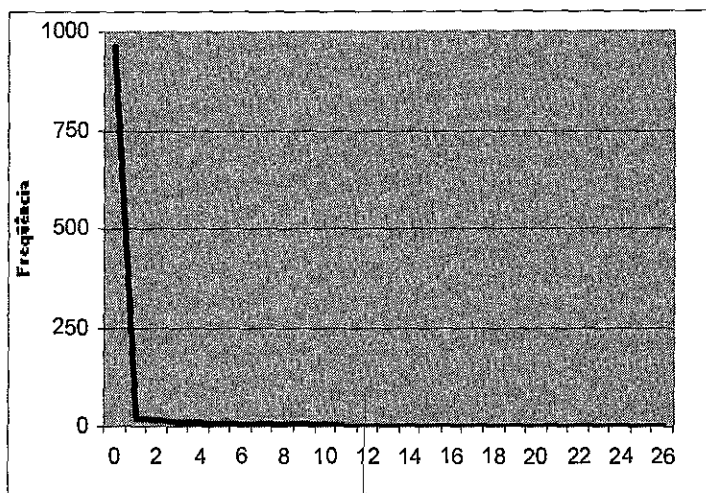


Figura 8a. Freqüência dos Servidores Ativos por Tempo de Prefeitura

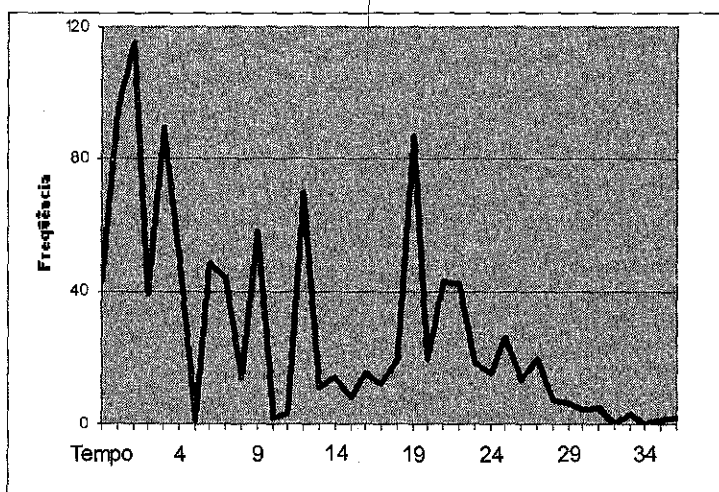
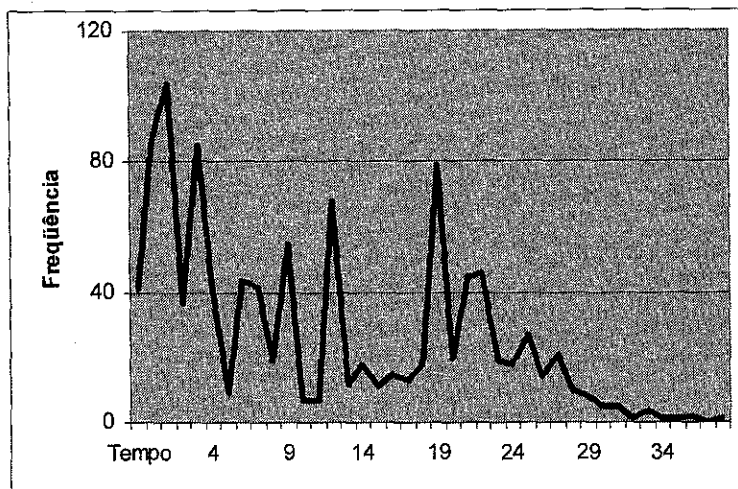


Figura 8b. Frequência dos Servidores Ativos por Tempo Total



Podemos observar no gráfico acima, que existe uma maior concentração de servidores na faixa de **1 a 4 anos** de serviço, sendo que a sua maior concentração se encontra com **2 anos** de tempo anterior. Esta característica demonstra que os servidores, em média, contribuirão por pelo menos mais **28,5 anos**, se comparado à média de tempo de serviço de aposentadoria para homens e mulheres.

2.3. Servidores Aposentados

2.3.1. Frequência de Entrada em Aposentadorias

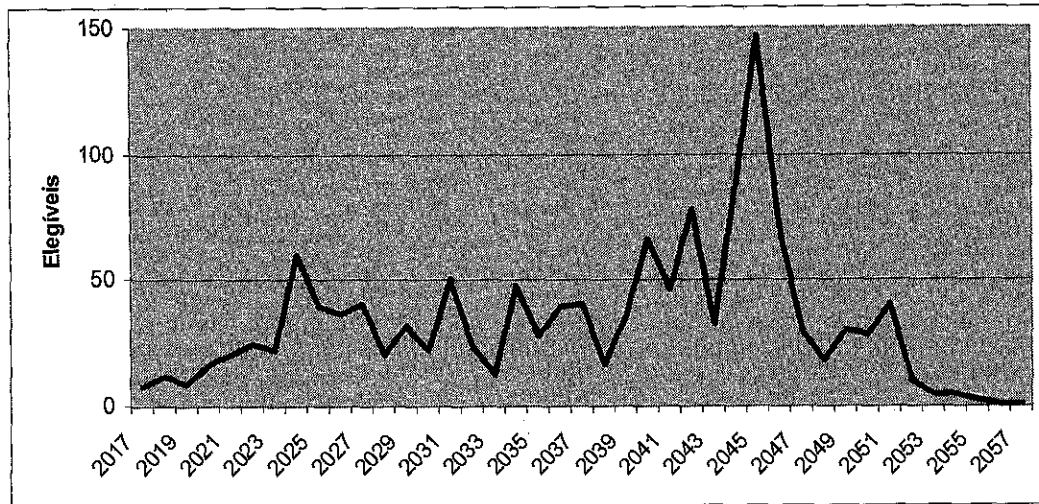
A tabela (3) descreve a evolução do número de aposentados no decorrer do tempo (adotando-se a rotatividade). Os números nela apresentados consideram apenas os tipos de aposentadoria que dependem das informações de Tempo de Serviço e Idade, ficando excluída deste contexto a Aposentadoria por Invalidez, só considerada na parte atuarial deste relatório.

Tabela 3. Entrada em Aposentadoria ao longo do Tempo

Ano	Nro. Benef. a Conceder	Total Benefícios	Ano	Nro. Benef. a Conceder	Total Benefícios	Ano	Nro. Benef. a Conceder	Total Benefícios
2017	8	26.233,88	2031	50	163.548,80	2045	147	447.078,26
2018	12	39.709,00	2032	24	57.500,98	2046	71	213.976,34
2019	9	28.742,62	2033	13	36.854,54	2047	30	112.528,04
2020	17	51.608,79	2034	48	129.308,94	2048	18	51.609,16
2021	21	78.575,94	2035	28	89.203,65	2049	30	99.720,89
2022	25	93.093,86	2036	40	95.243,70	2050	29	109.587,65
2023	22	55.022,07	2037	41	92.695,59	2051	41	153.502,91
2024	60	165.316,99	2038	17	45.489,12	2052	10	29.318,56
2025	40	145.399,18	2039	37	115.232,81	2053	5	12.777,80
2026	37	118.002,67	2040	66	259.402,85	2054	5	10.638,09
2027	41	129.895,87	2041	46	140.397,88	2055	2	4.433,23
2028	21	70.926,57	2042	78	210.943,46	2056	1	1.916,24
2029	32	91.426,39	2043	33	95.922,84	2057	1	2.272,55
2030	22	79.848,44	2044	88	283.499,29			

Analisando a figura (9), que ilustra a frequência de aposentadorias requeridas ao longo do tempo, identificamos a concessão de **8 benefícios** no ano em curso, caso sejam requeridas estas aposentadorias, relativos aos participantes que já atendem às condições necessárias ao ingresso em aposentadoria (elegíveis).

Figura 9. Frequência de entrada em Aposentadoria



Podemos ainda constatar que os benefícios serão concedidos em um volume maior no primeiro ano de funcionamento do sistema, pois estão considerados todos os servidores que já reúnem os requisitos para a aposentadoria, mas ainda não fizeram uso do direito de aposentar. O gráfico apresenta um comportamento oscilatório ligeiramente crescente ao longo do tempo, até atingir o seu pico máximo, após **23 anos** da data base. Assim sendo, novos grupos de servidores se seguiriam ao grupo já existente, dando origem a futuras aposentadorias que se somariam àquelas apresentadas na figura (9).

Observa-se ainda, que o número de aposentadorias pagas em um dado período corresponde ao número de aposentadorias que se iniciaram neste período mais aquelas que já vinham sendo oferecidas. A figura (9) nos exhibe apenas as aposentadorias que se iniciaram em um dado ano.

2.3.2. Resumo Estatístico da Massa dos Servidores Aposentados

Número Total de Aposentados	336
Idade Média	65,97
Provento Médio	1.526,63
Soma dos Proventos	512.949,281

2.4. Pensionistas

Pensionistas são indivíduos que têm direito a receber um benefício previdenciário gerado pela morte do servidor (ativo ou aposentado). Os pensionistas podem ser cônjuges, que têm direito a pensão vitalícia, ou filhos que tem direito a pensão até o limite de idade definido pela lei municipal (geralmente 18 ou 21 anos), salvo o caso de filhos com necessidades especiais que guardam o direito ao benefício vitalício.

2.4.1. Resumo Estatístico da Massa dos Pensionistas

Número Total de Pensionistas	112
Idade Média	60,08
Pensão Média	1.299,51
Soma das Pensões	145.545,35

3. Nota Técnica Atuarial

A Nota Técnica Atuarial tem por objetivo descrever os procedimentos utilizados na realização da avaliação atuarial, de modo que os custos, reservas e outros elementos da avaliação atuarial possam ser calculados de forma exata através do conteúdo exposto nesta Nota Técnica.

3.1. O Plano de Benefícios

O Plano de Benefícios corresponde à descrição de todos os benefícios a serem concedidos e das condições que os servidores ou seus dependentes devem atender para ter direito aos mesmos. O RPPS concede, atualmente, os benefícios de Aposentadoria e Pensão.

O Plano de Benefícios Previdenciários abrangerá os seguintes itens:

- Aposentadoria por Tempo de Contribuição (Capitalização);
- Aposentadoria por Idade (Capitalização);
- Aposentadoria Compulsória (Capitalização);
- Pensão por Morte de inativo (Capitalização);
- Aposentadoria por Invalidez (Repartição de Capitais de Cobertura);
- Pensão por Morte de Ativo (Repartição de Capitais de Cobertura);
- Benefícios de risco (se existirem, Repartição Simples);
- Abono anual.

A seguir descrevemos os requisitos necessários para a obtenção do benefício para cada modalidade de Aposentadoria e para Pensão, conforme dispositivos constitucionais.

3.1.1. Atuais Servidores – Possibilidades de Aposentadoria

1º - REGRA - Art. 40, § 1º, III, "a" da Constituição Federal e § 5º deste mesmo artigo (especial para professor) com redução de 5 anos tanto na idade quanto no tempo de contribuição e proventos calculados pela média, reajustado conforme legislação, tendo que cumprir os seguintes requisitos:

- 60 anos de idade, se homem; 55 de idade, se mulher;
- 35 anos de contribuição para homem, e 30 para mulher;
- 10 anos no serviço público;
- 5 anos no cargo em que se der a aposentadoria.

2º - REGRA - artigo 2º da Emenda 41/2003. Com proventos, também calculados pela média de contribuição reajustado conforme legislação aplicando-se o redutor, tendo que cumprir os seguintes requisitos:

- 53 anos de idade, se homem; 48 de idade, se mulher;
- 35 anos de contribuição para homem e 30 para mulher;
- Pedágio de 20% sobre o tempo que, em 15.12.98, faltava para atingir o limite do item acima;
- 5 anos no cargo em que se der aposentadoria

3º - REGRA - artigo 6º da Emenda Constitucional nº. 41/2003, com proventos integrais e reajuste pela paridade parcial, tendo que cumprir os seguintes requisitos:

- 60 anos de idade, se homem; 55 de idade se mulher;
- 35 anos de contribuição para homem, e 30 para mulher;
- 20 anos no serviço público;
- 10 anos na carreira pública;
- 5 anos no cargo em que se der a aposentadoria.



4º - REGRA - artigo 3º da Emenda Constitucional nº. 47/2005, com proventos integrais reajustados conforme legislação, tendo que cumprir os seguintes requisitos:

- 35 anos de contribuição para homem, e 30 para mulher;
- 25 anos no serviço público;
- 15 anos na carreira pública;
- 5 anos no cargo em que se der a aposentadoria.
- Para cada ano a mais de contribuição, reduz-se na idade.

3.1.2. Aposentadoria por Idade:

- proporcional aos 65 anos de idade; se homem;
- proporcional aos 60 anos de idade, se mulher;
- compulsória aos 75 anos;

3.1.3. Aposentadoria por Invalidez:

- comprovação da Invalidez Total ou Parcial Permanente (deverão ser reavaliadas a cada período definido previamente);

3.1.4. Abono Anual (13º salário):

- ser participante assistido, ou;
- ser beneficiário assistido;

3.1.5. Pensão por Morte:

- no caso das pensões já em gozo e nas novas pensões que forem geradas, é repassado 100% dos valores das aposentadorias que serviram de base para a concessão do benefício até o valor do **teto do INSS**, sendo que após este valor as pensões sofrerão reduções de 30% sobre os valores que excederem o limite estipulado.

3.2. Bases Técnicas e Parâmetros do Modelo Atuarial

3.2.1. Regimes Financeiros

Regime financeiro é o conjunto de critérios que determinam a forma de cálculo das contribuições, isto é, são normas que estabelecem a equação de equilíbrio entre receitas e despesas. Reconhecemos três tipos de regimes financeiros, o de Repartição Simples, o de Repartição de Capitais e o de Capitalização.

3.2.1.1. Regime de Repartição Simples ou Regime de Caixa

O Regime de Repartição simples (com sigla RS) consiste em calcular as contribuições (necessárias e suficientes) a serem vertidas ao plano em determinado período de tempo, visando atender apenas ao pagamento dos benefícios nesse mesmo período de tempo (não prevê formação de reserva de longo prazo).

Normalmente usado para financiar benefícios de curta duração, de menor custo e relativamente estáveis, como os benefícios de risco (auxílio-doença, auxílio-reclusão, salário-família e salário-maternidade).

3.2.1.2. Regime de Repartição de Capitais de Cobertura

O Regime de Repartição de Capitais de Cobertura (com sigla RCC) consiste em calcular as contribuições necessárias e suficientes em um determinado período, para constituir o capital que responderá pelo pagamento de benefícios que serão iniciados no mesmo período (o custo



periódico é equivalente a uma estimativa da reserva de benefícios concedidos que será constituída no próximo exercício).

Normalmente usado para financiar benefícios de risco de longa duração e que dependem da idade do participante (por exemplo, pensão por morte na ativa, aposentadoria por invalidez *et cetera*).

3.2.1.3. Regime de Capitalização

Visando a solução para o aumento anual da taxa de contribuição, observado nos dois regimes precedentes, apresentamos o Regime de Capitalização. Tal regime consiste em calcular as contribuições necessárias e suficientes a serem vertidas ao plano no período contributivo, visando constituir o capital que responderá pelo pagamento de benefícios futuros (prevê formação de reservas)

Normalmente usado para financiar os chamados benefícios programados (aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de serviço e aposentadoria por tempo de contribuição), mas nada impede que seja também utilizado para os benefícios de risco de longa duração.

Assim, os defeitos apontados para o Regime de Repartição Simples, já atenuados para os de Capitais de Cobertura, desaparecem no Regime de Capitalização:

- A taxa anual se mantém nivelada ao longo do tempo;
- Às reservas de benefícios concedidos se acrescentam as grandes reservas de benefícios a conceder, incrementando fortemente o potencial dos investimentos a longo prazo;
- Em caso de paralização do processo, os Aposentados e Pensionistas contarão com as primeiras reservas para garantir a continuidade dos seus benefícios, enquanto aos Ativos será assegurado seu direito líquido pela Reserva de Benefícios a Conceder.

Em sua forma, o Regime de Capitalização consiste na Avaliação Atuarial, não somente para o exercício, mas para todo o período da avaliação, que igualará o valor atual dos benefícios que serão concedidos durante este período. Isto representa estimarmos todos os encargos com os servidores, trazê-los a valor presente e dividirmos pela folha salarial no mesmo período. Como resultado obtém-se uma contribuição nivelada.

3.2.1.4. Regime Financeiro Aplicado

No modelo atuarial adotado, selecionamos o Regime de Capitalização pelo método Ortodoxo para computarmos as taxas correspondentes ao custeio dos benefícios previdenciários programáveis. O método Ortodoxo define o valor da alíquota normal de contribuição segundo o que consta na legislação municipal e aplica aquela alíquota em todo o período da avaliação atuarial.

Para os benefícios de Aposentadoria por Invalidez e Pensão Por Morte De Segurado Ativo é utilizado o Regime de Repartição de Capitais de Cobertura e para os benefícios de risco, quando existirem é utilizado o Regime de Repartição Simples.

3.2.2. Tábuas de Eliminação Seleccionadas

Os elementos básicos de uma análise atuarial são as tábuas de eliminação, seja por morte, invalidez ou desligamento.

As tábuas seleccionadas para estudo se encontram listadas na tabela (6) a seguir:

Tabela 6: Tábuas de Eliminação Seleccionadas

TIPO DA TÁBUA	NOMENCLATURA	TÁBUA
INVÁLIDEZ	i_x	ÁLVARO VINDAS
MORTALIDADE GERAL	q_x	IBGE
MORTALIDADE DE INVÁLIDOS	q_x^i	IBGE

3.2.3. Taxa de Juros

A taxa real anual de juros adotada equivale a **6%** permitido pela legislação que regulamenta os regimes próprios de previdência social. No caso de haver segregação de massas, para o Plano Financeiro a taxa de juros utilizada será sempre de **0%**.

Para acompanhamento da Meta Atuarial, deve ser utilizado o índice (INPC, IPCA etc.), que somado aos **6%** da taxa de juros, deve ser menor do que a rentabilidade real obtida. Desta forma, a meta atuarial será alcançada.

3.2.4. Tempo Anterior de Serviço

Segundo a legislação em vigor (art. 201, § 9º da Constituição), fica assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na Administração Pública e nas atividades privada, rural e urbana.

A partir do Tempo Anterior de Serviço torna-se possível a previsão do tempo que resta para o servidor fazer jus a sua Aposentadoria por Tempo de Serviço. Historicamente, esta modalidade de Aposentadoria agrupa um grande número de aposentados, justificando a importância de se obter o tempo anterior de serviço de um participante de um plano previdenciário.

3.2.5. Compensação Previdenciária

Pode ser considerado para fins de cobertura da Reserva de Tempo de Serviço Passado, a Compensação Previdenciária entre os regimes previdenciários de todos aqueles processos dos servidores aposentados que efetivamente se concretizou até **a data base da avaliação** ou o disposto da Portaria MPS nº 403 de 10 de dezembro de 2008, ou seja, até 10% do total das reservas matemáticas. No caso específico, a taxa de COMPREV usada foi de **10%**.

3.2.6. Carência

Carência, em um plano de previdência, vem a ser o tempo mínimo de filiação para que o segurado possa exercer o direito aos benefícios.

A carência, aspecto jurídico à parte, é um Instrumento de redução dos custos do sistema.

3.2.7. Regime de Aposentadoria

Do mesmo modo que homens e mulheres estão sujeitos a tratamentos diferenciados pelo sistema previdenciário, o mesmo ocorre com os servidores conforme o regime de aposentadoria ao qual se encontram vinculados. Os servidores exercendo atividades com direito a Aposentadoria Especial adquirem o direito de se aposentar cinco anos antes dos demais servidores, onerando o sistema com suas Aposentadorias Antecipadas.



3.2.8. Situação Funcional

Todos os servidores ativos estatutários da Prefeitura, Autarquias e Câmara Municipal, mais os aposentados e pensionistas do RPPS do município.

3.2.9. Taxa de Crescimento Real do Salário

A função salário é descrita na forma:

$$S_x = S_y \cdot (1 + is)^{(x-y)}$$

em que

is = incremento salarial real (considerando inflação + produtividade);

Sx = salário corrente na idade x;

Sy = salário de entrada no plano na idade y.

A não consideração ou a sub-avaliação da evolução do salário real conduz a inconsistências no plano de custeio.

Para o crescimento real dos benefícios do plano foi utilizada a taxa de **0%**.

3.2.10. Contribuições Previdenciárias

Os percentuais de contribuição ao sistema previdenciário por parte de Servidores Ativos e inativos servem de parâmetros de entrada para o processamento atuarial e devem, portanto, ser previamente estabelecidos levando em consideração as disponibilidades do Município e a viabilidade técnica dos valores adotados.

3.2.11. Despesas Administrativas

Além da cobertura do Plano de Benefícios, as taxas de contribuição dos participantes devem ser suficientes para suprir as despesas com a administração do sistema previdenciário.

Adotaremos em cumprimento às normas estabelecidas a taxa de 2% da receita do sistema a título de Despesas Administrativas.

3.2.12. Data Base

Todos os valores computados ao longo deste estudo levam em consideração a data do levantamento dos dados cadastrais e os fornecidos pelo Instituto, isto é, **31 de dezembro de 2.016**.

3.3. Fontes de Receita do Sistema Previdenciário

Através do Plano de Custeio são definidas as fontes de receita do sistema previdenciário que farão frente à cobertura do Plano de Benefícios. Estas receitas são originárias de:

- Contribuições dos servidores, instituídas pelo Município de acordo com Lei Complementar Municipal;
- Contribuição da Prefeitura/Autarquia e Câmara por conta de obrigações patronais;
- Aportes Financeiros;
- Créditos constituídos (Compensação Previdenciária);
- Outros rendimentos decorrentes da aplicação das receitas em caixa.



O plano de Custeio depende basicamente do Plano de Benefícios e dos parâmetros atuariais e financeiros adotados. Uma vez tendo fixado o Plano de Benefícios, resta definir estes parâmetros para obter os resultados desejados. Assim sendo, podemos trabalhar com o cenário atual para que, depois de analisado, seja selecionado o Plano de Custeio que melhor se adequar às aspirações e às condições financeiras do Município.

Visando a estimativa dos valores das contribuições que custearão os benefícios previdenciários, adotaremos a metodologia descrita a seguir, na qual os Servidores Ativos são divididos em dois grupos, a saber, o dos *elegíveis* e o dos que ainda não fazem jus a benefícios.

3.3.1. Elegíveis

São considerados integrantes do grupo de elegíveis aqueles servidores que, embora se encontrem em atividade, já atendam às condições necessárias ao gozo de aposentadoria.

Como não é considerada a existência de inválidos em atividade, farão parte deste grupo os servidores que já tenham completado o tempo de contribuição necessário ou atingido a idade suficiente para requerer aposentadoria.

Para todo benefício concedido, o Regime Financeiro de *Capitalização* prevê a constituição de reservas capazes de arcar com sua cobertura. Portanto, é recomendável que os montantes teoricamente devidos aos servidores que se encontrem em estado de risco eminente sejam integralizados no sistema, pois só assim este não iniciará suas operações com um déficit técnico.

3.3.2. Servidores Ativos ainda sem direito à Aposentadoria

Este grupo é constituído pelos Servidores Ativos que ainda não preenchem aos requisitos necessários à requisição de aposentadoria.

Como mencionado anteriormente, os encargos para com este grupo de participantes deverão ser cobertos pelas Contribuições de Servidores ativos, inativos e do Município, além de outros créditos como a Compensação Previdenciária, transferências e rendimentos decorrentes da aplicação destas receitas. Resta, portanto, computar o valor efetivo de tais contribuições. Estas quantias são processadas em termos percentuais da folha de pagamento dos Servidores Ativos e Inativos.

Os cálculos das taxas serão aqui apresentados em três etapas. Primeiramente, veremos como prever a folha anual de salários e o correspondente valor atual da folha salarial (soma de todas as folhas anuais). Em segundo lugar, descreveremos a metodologia adotada para a obtenção das taxas de contribuição. Por último, exibiremos o percentual encontrado para o cenário projetado para o Município.

3.4. Tábua De Serviço

A partir dos elementos descritos em 3.4.1 é construída uma Tábua de Serviço contendo todos os fatores atuariais necessários à elaboração do Plano de Custeio.

3.4.1. Elementos Básicos da Tábua de Serviço

A seguir apresentaremos a nomenclatura utilizada para representar os elementos básicos da tábua de serviço.

i_x - probabilidade de um indivíduo de idade x se invalidar antes de atingir a idade $x+1$

q_x - probabilidade de um indivíduo de idade x vir a falecer antes de atingir a idade $x+1$

q_{xq}^1 - probabilidade de um inválido de idade x vir a falecer antes de completar $x+1$ anos.

l_x - número de sobreviventes que atingiram a idade x em uma população geral, observado a partir de uma amostra de 10 milhões de indivíduos com idade de 15 anos

l_x^{aa} - número de sobreviventes que atingiram a idade x ainda ativos e válidos, em uma população geral, observado a partir de uma amostra de 10 milhões de indivíduos com idade de 15 anos.

l_x^1 - número de sobreviventes inválidos que atingiram a idade x em uma população geral, observado a partir de uma amostra de 10 milhões de indivíduos com idade de 15 anos

W_x - probabilidade de um indivíduo de idade x se desligar do plano antes de atingir a idade $x+1$

p_x^{aa} - probabilidade de um servidor ativo e válido sobreviver nestas condições entre as idades x e $x+1$

q_x^{aa} - probabilidade de um servidor ativo e válido falecer nestas condições entre as idades x e $x+1$

p_x^{ai} - probabilidade de um servidor ativo de idade x vir a se invalidar antes de atingir a idade $x+1$ e sobreviver até $x+1$

q_x^{ai} - probabilidade de um ativo de idade x se invalidar e falecer antes de atingir a idade $x+1$

3.4.2. A Construção da Tábua de Serviço

Em 3.4.1 vimos que os valores de q_x, i_x, w_x, q_x^1 são inicialmente extraídos das tábuas de eliminação selecionadas. A seguir descreveremos a metodologia de obtenção dos demais fatores atuariais listados neste item.

Os valores de P^x foram obtidos a partir da consideração de uma amostra inicial de 10 milhões de indivíduos de 15 anos de idade, submetidos à eliminação dada pela taxa de mortalidade q^x .

$$l_{15} = 10.000.000$$

$$l_x = l_{x-1} \cdot q_{x-1}$$

O número de inválidos de idade x é obtido paralelamente ao número de ativos válidos como mostramos a seguir:

$$l_{15}^1 = 0$$

$$l_{15}^{aa} = 10.000.000$$

$$l_x^{aa} = l_x - l_x^1$$

$$l_x^1 = l_{x-1}^1 \cdot p_{x-1}^1 + l_{x-1}^{aa} \cdot p_{x-1}^{ai}$$

Ou seja, o número de ativos válidos a atingirem a idade x é dado pelo número de sobreviventes de idade x (válidos ou não) menos o número de inválidos de idade x .

O número de indivíduos a atingirem inválidos a idade x é dado pelo somatório do número de inválidos de idade $x-1$ que sobreviveram à idade x , com o número de indivíduos ativos de idade $x-1$ que se invalidaram antes de atingir a idade x .

A probabilidade de sobrevivência de um inválido é computada diretamente como o complemento da probabilidade de mortalidade de inválido:

$$p_x^1 = 1 - q_x^1$$

Para se obter a probabilidade de sobrevivência de ativo que se invalida, subtrai-se da probabilidade de invalidez geral a probabilidade de um ativo se invalidar e falecer ainda no mesmo ano:

$$p_x^{ai} = i_x - q_x^{ai}$$

A partir do método de Hamza, consideramos a probabilidade de um ativo que se invalidou vir a falecer como sendo igual à metade da probabilidade de falecimento de um inválido:

$$q_x^{ai} = 0.5 \cdot i_x \cdot q_x^i$$

A probabilidade de um ativo válido enquanto tiver esta idade é dada pela razão entre o número de ativos válidos com idade $x+1$ e o número de ativos válidos com idade x :

$$p_x^{aa} = \frac{l_{x-1}^{aa}}{l_x^{aa}}$$

Por último a probabilidade de um ativo válido vir a falecer ainda válido e antes de atingir a idade $x+1$ é dada pelo complemento do somatório da probabilidade de um ativo válido de idade x sobreviver até atingir a idade $x+1$, com a probabilidade de um indivíduo (ativo ou não) de idade x se invalidar enquanto ainda possuir esta idade:

$$q_x^{aa} = 1 - (p_x^{aa} + i_x)$$

Com base nas fórmulas apresentadas, constrói-se a tábua de serviço desejada.

3.5. Anuidades

No âmbito atuarial, anuidades são valores probabilísticos atualizados do custo do pagamento de uma unidade monetária anual vitaliciamente a um indivíduo.

Descreveremos a seguir a formulação do cálculo das diversas anuidades utilizadas ao longo deste estudo.

Adotamos a hipótese de ocorrência dos sinistros no meio do exercício, ou seja, consideramos que a requisição dos benefícios se dê na metade do ano em que estes foram concedidos.

3.5.1. Anuidade Certa

Dimensiona o valor atual do custo do pagamento de uma certa unidade monetária anual por um período de n anos.

$$a_n = \sum_{t=0}^{n-1} v^t = \frac{1-v^n}{1-v}$$

Na fórmula acima, v corresponde ao fator de desconto financeiro e é dado por:

$$v = (1 + \text{taxa_real_anual_de_juros})^{-1}$$

3.5.2. Anuidade Simples

Dimensionada a valor atual probabilístico do custo do pagamento de uma unidade monetária anual vitaliciamente ao indivíduo de idade x .

$$\ddot{a}_{e_x | i} = \sum_{t=0}^{e_x} v^t$$

Onde e_x é a expectativa de vida definida pela tábua de mortalidade.

3.5.3. Anuidade de Pensão Para Dependentes

Dimensiona o valor atual probabilístico do pagamento de uma unidade monetária anual e vitalícia aos dependentes do servidor falecido com a idade x .

Consideramos como evento gerador de morte a tábua de mortalidade apontada como premissa de expectativa de vida.

O Benefício de Pensão é concedido ao cônjuge e aos dependentes. Portanto, há a necessidade de se estudar a composição familiar dos servidores de acordo com suas idades. Só deste modo torna-se viável a previsão atuarial do tempo de concessão do benefício. Resumindo, para um indivíduo de idade x , necessitamos da idade e a descrição (cônjuge e filhos) de cada um de seus dependentes.

Os dados reais dos servidores e dependentes são utilizados sempre que são fornecidos, porém na ausência destas informações precisas sobre os dependentes trabalhamos com tábuas que já prevêem o valor da anuidade a partir de uma estimativa estatística da composição média familiar do indivíduo de idade x . Em nosso estudo estes valores serão denotados por H_x .

Considerando a ocorrência do falecimento e o pagamento mensal do benefício, iremos trabalhar com:

$$H_x^{(12)} = \ddot{a}_x - \ddot{a}_{xy}$$

em que

\ddot{a}_x = anuidade do servidor;

\ddot{a}_{xy} = anuidade vidas conjuntas;

3.5.4. Anuidade de Pensão Para Inválidos

Dimensiona o valor atual probabilístico do pagamento anual de uma unidade monetária vitalícia aos pensionistas do inválido falecido de idade x . Sabendo ser o pagamento do benefício efetuado em parcelas mensais, temos:

$$a_x^i = \sum_{t=0}^{100-x} {}_t p_x^1 \cdot q_{x+t}^1 v^{t+1/2}$$

Na fórmula anterior, a primeira probabilidade seleciona os indivíduos que, uma vez inválidos ao atingirem a idade x , assim permaneçam (não venham a falecer) até atingirem a $x+t$ anos de idade. Dentro deste grupo, selecionamos aqueles que irão falecer aos $x+t$ anos, o que é feito pela Segunda probabilidade. O fator desconto financeiro recua o valor da anuidade de pensão até o tempo atual.

3.6. O Cálculo dos Encargos

Reunindo os dados fornecidos até então estamos aptos a estimar os custos do sistema, decorrentes do cumprimento do Plano de Benefícios. Devemos deixar claro que o ônus relativo a



estes encargos é de responsabilidade do Município, que pode e deve introduzir mecanismo visando o equacionamento da questão.

O Regime Financeiro aplicado no cálculo dos encargos foi o de Capitalização pelo método do Crédito Unitário Projetado.

3.6.1. Encargos com a Aposentadoria Por Tempo de Serviço

Estes custos podem ser divididos em duas classes: aqueles correspondentes aos servidores que porventura já fizeram jus ao benefício (caso denominados elegíveis) e os responsáveis por cobrir os benefícios futuros dos servidores ativos. Além disso, devemos considerar também, os custos decorrentes da reversão da aposentadoria para pensão.

3.6.1.1. Elegíveis

Os encargos com os elegíveis, aqui computados, constituirão uma parte da chamada *Reserva de Benefícios a Conceder*, dada pela equação a seguir, onde x corresponde à idade do servidor:

$$ENCATSCAP = 13 \cdot BENTS \cdot a_x^{(12)}$$

O valor do benefício de Aposentadoria por Tempo de Serviço é multiplicado por 13 para levar em consideração os 12 meses de pagamento mensal mais o décimo terceiro salário.

3.6.1.2. Servidores Ativos

Os encargos com a Aposentadoria por Tempo de Serviço para servidores ativos que ainda não atendem aos requisitos mínimos de concessão de benefícios são expressos pela fórmula:

$$VABF = 13 \times BEN \times {}_{tf}P_x^{aa} \times v^{tf} \times \ddot{a}_{n|i} \times FC$$

O valor x é a idade do servidor no momento da avaliação, ao passo que tf indica o tempo que falta para a aposentadoria deste. A primeira probabilidade indica o percentual de indivíduos ativos de idade x que sobreviverão ativos até completar o tempo de serviço necessário à sua aposentadoria. O fator de desconto financeiro traz à data presente o valor da anuidade, expressa em meses com base na expectativa de sobrevivência do servidor, na época de sua aposentadoria e FC é o fator que exprime o poder de compra do benefício.

3.6.1.3. Reversão para Pensão

São somadas neste item as despesas com a cobertura do pagamento de pensões aos dependentes de aposentadoria por Tempo de Serviço dos servidores públicos que vierem a falecer.

$$VABF = 13 \times BEN \times {}_{tf}P_x^{aa} \times v^{tf} \times H_x^{(12)} \times FC$$

$$H_x^{(12)} = \ddot{a}_x - \ddot{a}_{xy}$$

No cômputo de $ENCATSRVCP$, $y=x+tf$ é a idade de aposentadoria do servidor sendo analisada. Para o benefício é necessário que o servidor ativo de idade x tenha sobrevivido à idade de aposentadoria (y) ainda ativo (o que nos é dado pela primeira probabilidade da fórmula acima). Além disso, após se aposentar, ele deverá ter sobrevivido à idade $y+t$ (isto é feito pela segunda probabilidade da equação dada), quando só então sucede seu falecimento (terceira probabilidade da fórmula). Por fim, o fator de desconto financeiro traz ao tempo atual o valor da anuidade de pensão concedida aos dependentes.



3.6.2. Encargos com a Aposentadoria por Idade

Neste tipo de Aposentadoria o custo será calculado em Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura.

3.6.2.1. Servidores Ativos

O Custo Normal com a Aposentadoria por Invalidez para servidores ativos são expressos pela fórmula:

$$CN_x = 13 \times BEN \times i_x \times a_x^i \times FC$$

3.6.2.2. Reversão para Pensão

São aqui computadas as despesas com o pagamento das pensões a ser concedida aos dependentes de aposentadoria por invalidez dos servidores públicos que vierem a falecer.

$$CN_x = 13 \times BEN \times q_x \times H_y^{(12)} \times FC$$

3.6.3. Encargos com Pensão por Morte em Atividade

São contabilizados, para efeito deste montante, os gastos com as pensões concedidas aos dependentes de servidores falecidos em atividade.

$$CN_x = 13 \times BEN \times q_x \times H_y^{(12)} \times FC$$

$$H_y^{(12)} = a_{x:\overline{n}|} + n \cdot a_y$$

Adotada a hipótese de que o grupo família é constituído por um cônjuge e um filho mais novo.

Tal benefício é calculado pelo regime financeiro de repartição de capitais de cobertura.

3.7. Cálculo da Folha de Salários

Uma previsão atuarial para a folha salarial dos ativos e inativos ao longo dos anos vindouros baseia-se nas remunerações e proventos atuais dos servidores e é dada pela expressão:

$$FOLHAANUAL(t) = \sum_{s=1}^{NumServ} 13 \cdot REMUNERAÇÃO / PROVENTOS(s, t) \cdot p_x^{aa}$$

Onde *NumServ* é o número total de servidores ativos, REMUNERAÇÃO/PROVENTOS (*s, t*) é a remuneração atual do servidor *s* projetada atuarialmente para o tempo *t*. A probabilidade considerada é a do servidor de idade *x* permanecer ativo até a idade *x+t*.

A projeção atuarial da remuneração atual do servidor é feita levando em conta a taxa real anual de juros em conjunto com a curva salarial adotada.

Ao computarmos a folha salarial total, devemos trazer ao tempo atual os montantes encontrados em cada ano:

$$FOLHA = \sum_{t=0}^{y-x} v^t \cdot FOLHAANUAL(t)$$

Note que estes valores correspondem ao montante atualizado das projeções salariais de toda a massa de ativos e inativos do Município até a entrada em aposentadoria/pensão ou ocorrência de sinistro.

3.8. Cálculo das Taxas de Contribuição

As taxas de contribuição, calculadas em percentuais sobre a remuneração do servidor ativo, são computadas como vistas a suprir as despesas com os benefícios expressos no item 3.1..

3.9. Premissas da Nota Técnica Atuarial

O presente estudo atuarial foi realizado tendo como referência os seguintes pressupostos legais e premissas financeiro-atuariais:

3.9.1. Pressupostos Legais Básicos:

- Constituição Federal com as alterações realizadas, em especial, pela E.C. n° 20/98, E.C. n° 41/03, E.C. n° 47/05, E.C. n° 70/12 e Lei Complementar n° 10.887/04;
- Lei Federal n° 9.717, de 27.11.1998 com suas alterações posteriores;
- Portaria MPAS n° 4.992, de 05.02.1999 com suas alterações posteriores;
- Lei Federal n° 9.796, de 05.05.1999 (Compensação Previdenciária);
- Decreto n° 3.112, de 06.07.1999 (que regulamente a Lei n° 9.796);
- Lei Orgânica do Município;
- Lei Complementar Municipal;
- Portaria MPS n° 402, de 10.12.2008;
- Portaria MPS n° 403, de 10.12.2008;
- Portaria MPS n° 21, de 16.01.2013;

3.9.2. Premissas financeiro-atuariais

- Taxa real de juros de 6% aa. (máximo legalmente permitido);
- Crescimento salarial real conforme legislação municipal e simulação com evolução salarial de 1% aa.;
- Crescimento real dos benefícios do plano 0% aa.;
- Tábuas biométricas utilizadas: IBGE 2014 (mortalidade de válidos e inválidos) e AV (entrada em invalidez);
- Compensação Previdenciária;
- Tempo de serviço anterior real;
- Proventos de aposentadoria e pensão pelas novas regras;
- Pagamento de 13 proventos anuais;
- Contribuição dos ativos e inativos sobre 13 remunerações anuais;
- Taxa de contribuição dos servidores ativos e inativos;
- Grupo familiar (para efeitos de pensão) real.
- Custo administrativo/ taxa de administração igual a 2%.



4. Avaliação Atuarial

4.1. Introdução

Uma avaliação atuarial tem como elementos principais:

- As informações dos servidores referentes a datas de nascimento e de admissão, tempo de serviço, dependentes e remuneração;
- Os parâmetros definidos a partir da legislação e dos objetivos no Município, tais como o Plano de Benefícios, a evolução salarial e o regime jurídico dos servidores;
- Os fatos atuariais calculados de acordo com as bases técnicas e a metodologia escolhida.

Cabe destacar a importância dos dados dos servidores, pois deles depende a confiabilidade dos resultados obtidos. De nada vale a adoção de modelos complexos sem que haja consistência nas informações utilizadas.

Neste trabalho elaboraremos o plano de custeio do Sistema Previdenciário do Município a partir do conjunto de parâmetros atuariais e financeiros (taxas de juros, de contribuição de Servidores Ativos, Compensação Previdenciária, adoção de carência, etc.) expostos e utilizados no decorrer deste processo de Avaliação Atuarial.

4.2. Resultados

Apresentaremos nesta seção, o Plano de Custeio obtido para o cenário proposto, computados com base na metodologia exposta neste documento. Todos os percentuais exibidos estão em função da folha de pagamento dos servidores ativos e inativos.

4.2.1. O Sistema Atual

Nesta seção analisaremos a viabilidade financeira do atual Plano de Custeio do sistema previdenciário do Município. Para tal construiremos o cenário que se assemelhe ao da situação existente na Municipalidade. De posse deste cenário, avaliaremos o custo da concessão e manutenção dos benefícios nele contidos.

A seguir, descreveremos sucintamente, as hipóteses e parâmetros atuariais e financeiros adotados, associando-os à realidade vivida pelo Município. Para tal, nos baseamos além da Lei Orgânica e do Estatuto do Servidor, nas legislações específicas em vigor tanto Federais como Municipais.

A Legislação analisada respeita os benefícios dos Servidores definidos e se mostra preocupada em garantir o futuro do Plano de Aposentadorias e Pensões dos Servidores Municipais. Entretanto devemos levantar algumas observações da realidade atual do Sistema que pode levar o RPPS a complicações políticas e financeiras.

Tão fundamental quanto a elaboração de uma legislação consistente é a realização da Avaliação Atuarial anual para a definição dos percentuais de contribuições previdenciárias a serem aplicados aos servidores, Prefeitura, Autarquias e Câmara. Desta forma garantir-se-á um plano de custeio adequado a realidade de concessões de benefícios no Município.

Os contribuintes obrigatórios do RPPS são os servidores públicos ativos efetivos do Município que fizeram opção ao regime estatutário de trabalho e os aposentados e pensionistas também vinculados a este regime.

Para o processamento da Avaliação Atuarial, foi necessário computarmos o valor do último salário ou remuneração de contribuição do servidor ativo e dos inativos, pois as aposentadorias e pensões serão concedidas com base na integralidade destas remunerações ou



na média dos 80% maiores últimos salários. Daí surge a necessidade de apurarmos o percentual de crescimento salarial dos servidores.

Consideramos como crescimento salarial:

- Adicional por Tempo de Serviço;
- Sexta-Parte do Vencimento;
- Adicional de Magistério;
- Plano de Carreira (Cargos e Salários).

Os dois primeiros adicionais foram utilizados para todos os Servidores. Para os Servidores com direito a Aposentadoria por Magistério, além dos dois primeiros, computamos também o Adicional de Magistério.

Quanto ao crescimento salarial utilizado no cenário apresentado neste estudo, foi definido em **1%** ao ano. Para o crescimento dos benefícios do plano foi usado **0%**.

O objetivo do estudo atuarial é reavaliar as fontes de custeio do plano de benefícios dos servidores Municipais.

Falar em capitalização como forma de financiamento de encargos previdenciários significa que cada participante do plano (servidor) irá constituir uma poupança (reserva) ao longo de sua vida laborativa que será utilizada para o pagamento de seu benefício. Dentro desta perspectiva, utilizamos a prerrogativa de que a população atual de servidores custeará os seus próprios benefícios, a partir do momento que fizerem jus aos mesmos. Deste modo, ao calcularmos os encargos e as receitas do sistema, levaremos em consideração somente os atuais participantes, ou seja, não consideraremos novas entradas na população atual, exceto entradas para "reposição" dos servidores que se aposentarem, ou seja, sem crescimento do quadro de servidores.

4.2.2. Plano de Custeio para a Situação Atual

O cenário aqui analisado baseia-se na situação inicial proposta ao sistema, ou seja, utiliza parâmetros atuariais e financeiros que são adotados pelo Município, constituindo estes, as bases ideais ao modelo sendo a parte de contribuição previdenciária que cabe ao servidor em **11%** e a do Ente e demais autarquias em **16%**, comumente chamada de alíquota normal de contribuição patronal, no decorrer de todo o período de avaliação atuarial.

O quadro abaixo demonstra o custo, em percentual da folha da remuneração dos ativos, de cada benefício oferecido pelo Regime Próprio.

Benefício	Custo Normal *
Aposentadoria por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória	18,19
Aposentadoria por Invalidez	2,02
Pensão por Morte de Segurado Ativo	0,79
Pensão por Morte de Aposentado por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória	3,81
Pensão por Morte de Aposentado por Invalidez	0,19
Auxílio Doença	0,00
Salário Maternidade	0,00
Auxílio Reclusão	0,00
Salário Família	0,00
Base de Incidência das Contribuições	Folha de Remuneração dos Ativos

Totalizando assim os **25%** de contribuição somadas, cobrindo assim todos os benefícios oferecidos pelo Plano. Além dos **2%** referente às despesas administrativas.

4.2.2.1. Regime de Repartição Simples

Os benefícios custeados pelo regime de repartição simples são:

Benefício	Custo Normal *
Auxílio Doença	0,00
Salário Maternidade	0,00
Auxílio Reclusão	0,00
Salário Família	0,00

Representando assim **0,92%** da contribuição total.

4.2.2.2. Regime de Repartição de Capitais de Cobertura

Os benefícios custeados pelo regime de repartição de capitais de cobertura são:

Benefício	Custo Normal *
Aposentadoria por Invalidez	2,02
Pensão por Morte de Segurado Ativo	0,79
Pensão por Morte de Aposentado por Invalidez	0,19

Representando assim **4,53%** da contribuição total.

4.2.2.3. Regime de Capitalização

Os benefícios custeados pelo regime de capitalização são:

Benefício	Custo Normal *
Aposentadoria por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória.	18,19
Pensão por Morte de Aposentado por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória.	3,81

Representando assim **22%** da contribuição total. Apresentamos então os resultados da aplicação do regime de capitalização ao longo de 75 anos contemplados por esta avaliação atuarial.

Tabela 7. O Plano de Custeio Regime de Capitalização

Ativo Real	111.355.708,37
Taxa Inicial de Contribuição dos Ativos	11%
Taxa Inicial de Contribuição dos Inativos	11%
Taxa de Juros Real Anual	6%
Taxa de Crescimento Real Anual do Salário	1%
Carregamento Administrativo	2%
Taxa Inicial de Contribuição da Prefeitura/Câmara /Autarquia (Ativos)	22%
Taxa Total de Contribuição	24%
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ente (Benefícios Concedidos)	0,00
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ativo, Aposentado e Pensionista (Benefícios Concedidos)	26.806,31
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ente (Benefícios a Conceder)	54.523.300,13
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ativo, Aposentado e Pensionista (Benefícios a Conceder)	55.823.855,47
Compensação Previdenciária	27.615.067,93
Valor Atual dos Benefícios Futuros a Conceder.	185.494.224,68
Valor Atual dos Benefícios Futuros Concedidos	93.752.092,98
Resultado Atuarial	(29.901.579,45)
Despesas Administrativas	15.498.253,65

Como vemos no ensaio acima, a forma de contribuição por parte da Prefeitura, Câmara e Autarquia, bem como dos servidores, para custear o sistema previdenciário, conforme tabela (7) e de conformidade com a Lei 9717/98, mostra-se insuficiente diante das taxas aplicadas, constituindo um resultado atuarial deficitário no valor de **R\$ 29.901.579,45**. As despesas



administrativas representam o valor de **R\$ 15.498.253,65**, já subtraídas da alíquota patronal. **ANEXOS I, II e III.**

Porém, para o equacionamento do déficit atuarial apurado, vamos sugerir a seguir cenários que promovam o equilíbrio financeiro-atuarial do Regime de Previdência, ressaltando que fica a critério do Instituto e do Ente praticar, dentre os cenários propostos, aquele que melhor se adequar às circunstâncias financeiras do município, tendo em vista que qualquer uma das propostas escolhida proporcionará o equacionamento atuarial necessário.

4.3. Planos de Custeio para as Situações Propostas

4.3.1. Alíquota Única Suplementar

Para o primeiro cenário proposto, esta avaliação atuarial aplicou o valor da alíquota patronal total que consta em lei municipal, a ser praticada em todo período de equacionamento do déficit atuarial para um plano capitalizado, ou seja, nos próximos **30 anos**, irá promover o equilíbrio do regime. Esta alíquota é de **22%**, ou seja, **16% de alíquota normal** atualmente praticada mais **6% de alíquota suplementar**, que está sendo praticada, fomentando a solvência do regime.

Tabela 8. Plano de Alíquotas definido pela Avaliação Atuarial

Período	Contribuição Patronal	Contribuição Servidor	Suplementar
2017 a 2046	16	11	6
2047 a 2091	16	11	0

Desta forma, com o plano de contribuição por parte da Prefeitura, Câmara e Autarquias para custear o sistema previdenciário, conforme tabela (8), de conformidade com a Lei 9717/98, através de seus percentuais de contribuição normal e aporte financeiro da prefeitura, autarquias e servidor, evidenciando que a contribuição normal da prefeitura e autarquias não ultrapasse o dobro da contribuição realizada pelo servidor, repasses por conta da compensação previdenciária e rendimentos de aplicações financeiras, fica equacionado o déficit atuarial em um período de **30 anos**, conforme exige a Legislação Previdenciária. O detalhamento financeiro deste cenário encontra-se no final desta avaliação nos **ANEXOS VI.**

4.3.2. Segregação da massa de servidores ativos e inativos

É possível realizar um estudo de viabilidade da implantação de uma segregação da massa de servidores ativos e inativos, procedimento esse que é regulamentado pela portaria MPS nº. 403 12/2008 e deve ser aprovado pelos técnicos do MPS antes de sua devida implantação em lei municipal.

Definido assim o plano de contribuição por parte da Prefeitura, Câmara e Autarquias, sugeridos para custear o sistema previdenciário, de conformidade com a Lei 9717/98, através de seus percentuais de contribuição normal e aporte financeiro da prefeitura, autarquias e servidor, evidenciando que a contribuição normal da prefeitura e autarquias não ultrapasse o dobro da contribuição realizada pelo servidor, repasses por conta da compensação previdenciária e rendimentos de aplicações financeiras, fica equacionado o déficit atuarial em um período de **30 anos**, conforme exige a Legislação Previdenciária (Portaria nº 403 de 10 de dezembro de 2008).

4.3.3. Avaliação das Taxas Obtidas

O plano de Custeio resultante deste cenário, cujos parâmetros refletem a realidade do Município onde foi considerado o crescimento médio real anual de salário de **1%** e carregamento administrativo de **2%**, apresentou uma taxa final de contribuição (Tabela 5)

suficiente demonstrando que com este procedimento o plano é viável dentro da realidade do Município e dentro dos parâmetros estabelecidos pela Lei 9717/98.

Para o ano corrente, ou seja, **2017** ficam estabelecidos os percentuais de contribuição normal de **11%** para o servidor e de **16%** para a parte patronal, além de **6%** de contribuição suplementar patronal.

Para os anos seguintes, fica expresso como sugestão a aplicação da tabela (8) (percentuais de contribuição previdenciária ao longo dos anos compreendidos nesta avaliação atuarial). No entanto, qualquer percentual ou valor acima deste fará com que em avaliações atuariais futuras, o déficit atuarial seja menor e conseqüentemente podendo ser equacionado de forma mais uniforme e rápido, visto que hoje existe uma solução de equilíbrio atuarial crescente no decorrer dos anos, porém, com equacionamento atuarial dentro do período estabelecido por Lei.

O cenário processado ajusta-se perfeitamente as necessidades do **Município de Olímpia**, refletindo o avanço do raciocínio dos técnicos envolvidos neste projeto. Assim, procuramos expor toda a metodologia empregada, desde a idéia inicial até o modelo analisado. A escolha do cenário foi uma decisão político-financeira onde se consideraram as aspirações e necessidades do Instituto, bem como as disponibilidades financeiras do Município.

4.4. Parecer Atuarial

Face aos resultados obtidos, levando em consideração os dados dos servidores municipais referentes a **31 de dezembro de 2.016** do **Município de Olímpia** e a legislação vigente (Lei nº. 9.717, Emendas Constitucionais nº. 20, nº. 41, nº. 47 e nº. 70, Portaria MPAS nº. 4.992/99, 402/08, 403/08, 21/13, 440/13, 21/13 e leis locais em vigor), bem como as premissas básicas de cálculo e metodologia aplicada, pode-se concluir que:

O Regime Próprio de Previdência dos Servidores Municipais de Olímpia possui um sistema de cadastro atualizado semestralmente no que diz respeito aos servidores inativos e pensionistas e está procedendo ao cadastramento dos servidores ativos no momento da admissão, apresentando uma base cadastral consistente, porém devemos apontar que a média de tempo de contribuição de serviço anterior apurada pelo cálculo está abaixo das médias que temos observado comumente, desta forma fica sugerido uma revisão no quesito tempo de contribuição de serviço anterior, dado que pode afetar consideravelmente os resultados atuariais. Foram contemplados **1.366 servidores ativos, 336 aposentados e 112 pensionistas**.

O Instituto aplica atualmente alíquota normal de contribuição previdenciária de **16%** da parte patronal e **11%** da parte do servidor. O Ativo Real do Regime é de **R\$ 111.355.708,37**, e o resultado superavitário apurado para o exercício é de **R\$ 29.901.579,45**. As despesas administrativas representam **2%** dos **22%** da alíquota patronal normal, ou seja, tais despesas foram computadas no cálculo atuarial, representando um total de **R\$ 15.498.253,65**.

Os rendimentos provenientes dos investimentos do ativo disponível apresentaram resultado **17,31%**, ficando acima da meta atuarial definida em **12,64%** (IPCA+6%).

Portanto, dentro da proposta de equilíbrio atuarial, está a alíquota de contribuição previdenciária sugerida, aporte financeiro e de recursos provenientes de processos de compensação previdenciária entre o Instituto e o Ministério da Previdência Social, bem como aplicação dos recursos financeiros disponíveis no mercado de investimentos, uma perfeita administração nos custos de manutenção do Instituto de Previdência e uma correta avaliação na concessão dos processos de aposentadoria e pensão, visando o equilíbrio no regime, de uma forma mais rápida e consistente.



É necessário salientar a importância do repasse regular da quota de contribuição previdenciária ao Instituto, do Município e suas autarquias, o que permitirá, através de uma eficiente administração de recursos, a melhora da situação financeira do Regime Próprio de Previdência, visto que qualquer necessidade financeira do Regime recairá sobre o custo especial/suplementar para o ente, em futuras avaliações atuariais.

Comparativo dos 3 últimos exercícios

	2014	2015	2016
Ativo	78.635.745,59	90.768.458,24	111.355.708,37
Alíquota Praticada	33%	33%	27%
Déficit (Aliq Prat 75anos)	+14.310.400,48	+7.584.062,47	-29.901.579,45
Número de Servidores	1.060	1.339	1.366
Despesa com Servidores	2.157.051,31	2.887.316,35	3.275.594,60
Número de Aposentados	280	297	336
Despesa com Aposentados	261.853,41	350.780,47	512.949,28
Número de Pensionistas	106	101	112
Despesa com Pensionistas	97.106,01	106.035,16	145.545,35

Podemos observar o surgimento de déficit atuarial que se deu em decorrência da **Nota Técnica SPPS nº. 12/2016**, que proibiu o uso da Geração Futura na avaliação atuarial dos RPPS. A Geração Futura era utilizada como forma de reposição da massa de servidores ativos que vão se aposentando, mantendo assim o quadro de servidores do Ente Federativo estável. Após o advento da Nota supracitada somos obrigados a considerar, atuarialmente, que em um período de tempo de cerca de 30 anos o Ente Federativo não contará mais com servidores ativos em seu quadro. Tal medida vai na contra mão dos preceitos atuariais uma vez que devemos escolher as premissas que melhor reproduzam a situação do RPPS nos anos futuros e sendo assim, uma das poucas certezas que podemos ter é que o quadro de servidores não será esvaziado conforme os servidores ativos se aposentam.

Crescimento salarial últimos 3 exercícios

Crescimento Salarial			
2014/2013	2015/2014	2016/2015	Média
1,02%	0,92%	0,91%	0,95%

O crescimento salarial utilizado no cenário apresentado neste estudo foi definido através da alíquota limite permitida, que corresponde a 1% ao ano. Os resultados obtidos através da média dos últimos três exercícios está próximo do limite permitido.

Para a taxa real de crescimento dos benefícios do plano foi usado o valor de 0%.

Abaixo apresentaremos os resultados de forma conclusiva, como devem ser apresentados ao MPS através da postagem do Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial, segundo as instruções de preenchimento.



F.1. Idade hipotética, por sexo, adotada nesta avaliação como primeira vinculação a qualquer regime previdenciário para suprir deficiência cadastral no cálculo da estimativa do tempo de contribuição, ou a justificativa técnica pertinente, conforme quadro:

Idade hipotética adotada nesta avaliação como primeira vinculação a regime previdenciário - Masculino	28,87
Idade hipotética adotada nesta avaliação como primeira vinculação a regime previdenciário - Feminino	29,98
Justificativa Técnica: É a média apurada através da base de dados livre de inconsistências, com recadastramento atualizado, da data de entrada dos servidores ativos.	

F.2. Idade média projetada, por sexo, verificada na avaliação atuarial para a aposentadoria programada dos servidores válidos, conforme quadro:

Idade Média Projetada para a aposentadoria programada - Não Professores - Masculino	64,48
Idade Média Projetada para a aposentadoria programada - Não Professores - Feminino	60,71
Idade Média Projetada para a aposentadoria programada - Professores - Masculino	60,21
Idade Média Projetada para a aposentadoria programada - Professores - Feminino	56,04

F.3. A Meta Atuarial (Bruta = juros + inflação) em 2016 conforme a Política de Investimentos, a rentabilidade nominal (Bruta = Juros+Inflação) em 2016 auferida na aplicação dos recursos do RPPS calculada com base na Taxa Interna de Retorno (TIR) anualizada, percentual da inflação anual identificando o indexador e a justificativa técnica quanto à adequação da taxa de juros reais adotada na avaliação comparada à rentabilidade auferida na aplicação dos recursos do RPPS e o estabelecido na Política de Investimentos, conforme quadro - (em percentuais):

Meta Atuarial (Bruta = juros + inflação) em 2016 - Política de Investimentos	12,64
Rentabilidade nominal (Bruta = juros + inflação) em 2016	17,31
Inflação anual - 2016:	6,64
Indexador:	IPCA
Justificativa Técnica: Limite prudencial permitido pela portaria MPS 403/08.	

F.4. A justificativa técnica para eventuais discrepâncias da taxa anual real de crescimento da remuneração adotada nesta avaliação e a média da taxa anual real de crescimento da remuneração dos últimos três anos, conforme quadro:

Taxa média anual real de crescimento da remuneração nos últimos três anos	1%
Justificativa Técnica: Limite permitido pela portaria, a formulação exigida pelo MPS não é suficiente para analisar o real crescimento salarial.	

F.5. A justificativa técnica para eventuais discrepâncias da taxa anual real de crescimento dos benefícios do plano adotada nesta avaliação comparada com a verificada na análise dos benefícios, conforme quadro:

Taxa média anual real de crescimento dos benefícios verificada na análise dos benefícios	0%
Justificativa Técnica: Valor permitido pela portaria 403/08.	

F.8. No caso de plano de amortização do déficit atuarial, consignar neste Parecer somente a opção escolhida pelo ente e RPPS, informando ano a ano as alíquotas ou os valores dos aportes, conforme o caso, observado o prazo de amortização remanescente:

Ano	%	Base	Saldo	Pgto	Final	Final
2017	6,00%	42.582.730,32	29.901.579,45	(2.554.963,82)	1.640.796,94	28.987.412,57
2018	6,00%	43.008.557,62	28.987.412,57	(2.580.513,46)	1.584.413,95	27.991.313,06
2019	6,00%	43.438.643,20	27.991.313,06	(2.606.318,59)	1.523.099,67	26.908.094,13
2020	6,00%	43.873.029,63	26.908.094,13	(2.632.381,78)	1.456.542,74	25.732.255,10
2021	6,00%	44.311.759,93	25.732.255,10	(2.658.705,60)	1.384.412,97	24.457.962,47
2022	6,00%	44.754.877,53	24.457.962,47	(2.685.292,65)	1.306.360,19	23.079.030,01
2023	6,00%	45.202.426,30	23.079.030,01	(2.712.145,58)	1.222.013,07	21.588.897,50
2024	6,00%	45.654.450,57	21.588.897,50	(2.739.267,03)	1.130.977,83	19.980.608,29
2025	6,00%	46.110.995,07	19.980.608,29	(2.766.659,70)	1.032.836,92	18.246.785,50
2026	6,00%	46.572.105,02	18.246.785,50	(2.794.326,30)	927.147,55	16.379.606,75
2027	6,00%	47.037.826,07	16.379.606,75	(2.822.269,56)	813.440,23	14.370.777,42
2028	6,00%	47.508.204,33	14.370.777,42	(2.850.492,26)	691.217,11	12.211.502,27
2029	6,00%	47.983.286,38	12.211.502,27	(2.878.997,18)	559.950,31	9.892.455,39
2030	6,00%	48.463.119,24	9.892.455,39	(2.907.787,15)	419.080,09	7.403.748,33
2031	6,00%	48.947.750,43	7.403.748,33	(2.936.865,03)	268.013,00	4.734.896,30
2032	6,00%	49.437.227,94	4.734.896,30	(2.966.233,68)	106.119,76	1.874.782,39
2033	6,00%	49.931.600,22	1.874.782,39	(2.995.896,01)	(67.266,82)	(1.188.380,44)
2034	6,00%	50.430.916,22	(1.188.380,44)	(3.025.854,97)	(252.854,13)	(4.467.089,54)
2035	6,00%	50.935.225,38	(4.467.089,54)	(3.056.113,52)	(451.392,18)	(7.974.595,25)
2036	6,00%	51.444.577,63	(7.974.595,25)	(3.086.674,66)	(663.676,19)	(11.724.946,10)
2037	6,00%	51.959.023,41	(11.724.946,10)	(3.117.541,40)	(890.549,25)	(15.733.036,76)
2038	6,00%	52.478.613,64	(15.733.036,76)	(3.148.716,82)	(1.132.905,21)	(20.014.658,79)
2039	6,00%	53.003.399,78	(20.014.658,79)	(3.180.203,99)	(1.391.691,77)	(24.586.554,54)
2040	6,00%	53.533.433,78	(24.586.554,54)	(3.212.006,03)	(1.667.913,63)	(29.466.474,20)
2041	6,00%	54.068.768,12	(29.466.474,20)	(3.244.126,09)	(1.962.636,02)	(34.673.236,31)
2042	6,00%	54.609.455,80	(34.673.236,31)	(3.276.567,35)	(2.276.988,22)	(40.226.791,88)
2043	6,00%	55.155.550,36	(40.226.791,88)	(3.309.333,02)	(2.612.167,49)	(46.148.292,39)
2044	6,00%	55.707.105,86	(46.148.292,39)	(3.342.426,35)	(2.969.443,12)	(52.460.161,87)
2045	6,00%	56.264.176,92	(52.460.161,87)	(3.375.850,62)	(3.350.160,75)	(59.186.173,23)
2046	6,00%	56.826.818,69	(59.186.173,23)	(3.409.609,12)	(3.755.746,94)	(66.351.529,29)



F.9. Elaborar quadro com projeção da evolução das provisões matemáticas para os próximos doze meses, discriminadas por rubricas dos respectivos valores atuais de acordo com a fórmula descrita em nota técnica atuarial. Alternativamente, pode-se utilizar da fórmula recursiva por interpolação linear, abaixo descrita, para o preenchimento do quadro da evolução das provisões.

Benefícios Concedidos:

	PMBC	VABF	Cont. ENTE	Cont. Inativo	Cont. Pens.	Comprev	Parcelamento
Mês	2.2.7.2.1.03.00	2.2.7.2.1.03.01	2.2.7.2.1.03.02	2.2.7.2.1.03.03	2.2.7.2.1.03.04	2.2.7.2.1.03.05	2.2.7.2.1.03.06
0	84.350.077,39	93.752.092,98	0,00	26.806,31	0,00	9.375.209,29	0,00
1	84.089.299,57	93.461.281,64	0,00	26.055,24	0,00	9.345.926,83	0,00
2	83.829.819,16	93.171.917,11	0,00	25.307,90	0,00	9.316.790,05	0,00
3	83.571.629,70	92.883.992,21	0,00	24.564,29	0,00	9.287.798,23	0,00
4	83.314.724,75	92.597.499,77	0,00	23.824,37	0,00	9.258.950,64	0,00
5	83.059.097,94	92.312.432,66	0,00	23.088,14	0,00	9.230.246,58	0,00
6	82.804.742,91	92.028.783,79	0,00	22.355,56	0,00	9.201.685,32	0,00
7	82.551.653,32	91.746.546,12	0,00	21.626,64	0,00	9.173.266,16	0,00
8	82.299.822,88	91.465.712,61	0,00	20.901,34	0,00	9.144.988,39	0,00
9	82.049.245,33	91.186.276,28	0,00	20.179,64	0,00	9.116.851,30	0,00
10	81.799.914,43	90.908.230,17	0,00	19.461,54	0,00	9.088.854,20	0,00
11	81.551.823,98	90.631.567,39	0,00	18.747,01	0,00	9.060.996,39	0,00
12	81.349.733,92	90.354.904,60	0,00	18.742,18	0,00	8.986.428,50	0,00

Benefícios a Conceder:

	PMBC	VABF	Cont. ENTE	Cont. Ativo	Comprev	Parcelamento	Equacionamento	Outros
Mês	2.2.7.2.1.04.00	2.2.7.2.1.04.01	2.2.7.2.1.04.02	2.2.7.2.1.04.03	2.2.7.2.1.04.04	2.2.7.2.1.04.05	2.2.7.2.1.05.00	2.2.7.2.1.05.98
0	185.494.224,68	54.523.300,13	55.823.855,47	18.239.858,65	0,00	115.150,15	0,00	185.494.224,68
1	185.444.999,06	54.235.483,73	55.612.790,10	18.235.034,54	0,00	115.150,15	0,00	185.444.999,06
2	185.388.499,56	53.948.860,99	55.402.600,10	18.229.497,59	0,00	115.150,15	0,00	185.388.499,56
3	185.332.281,16	53.663.427,17	55.193.281,96	18.223.988,18	0,00	115.150,15	0,00	185.332.281,16
4	185.276.342,44	53.379.177,52	54.984.832,21	18.218.506,19	0,00	115.150,15	0,00	185.276.342,44
5	185.212.314,17	53.096.107,32	54.777.247,41	18.212.231,42	0,00	115.150,15	0,00	185.212.314,17
6	185.142.115,88	52.814.211,89	54.570.524,09	18.205.351,99	0,00	115.150,15	0,00	185.142.115,88
7	185.069.321,27	52.533.486,53	54.364.658,82	18.198.218,12	0,00	115.150,15	0,00	185.069.321,27
8	184.995.301,44	52.253.926,58	54.159.648,19	18.190.964,17	0,00	115.150,15	0,00	184.995.301,44
9	184.921.649,87	51.975.527,39	53.955.488,79	18.183.746,32	0,00	115.150,15	0,00	184.921.649,87
10	184.848.364,73	51.698.284,33	53.752.177,21	18.176.564,37	0,00	115.150,15	0,00	184.848.364,73
11	184.771.239,39	51.422.192,80	53.549.710,09	18.169.006,09	0,00	115.150,15	0,00	184.771.239,39
12	184.045.305,55	50.045.697,06	52.173.214,35	18.091.331,17	0,00	115.150,15	0,00	184.045.305,55

Assim, diante dos argumentos aqui expostos, salientamos que os resultados desta avaliação atuarial são extremamente sensíveis às variações das hipóteses e premissas utilizadas nos cálculos e que, modificações futuras destes fatores, poderão implicar variações substanciais nos resultados atuariais, devendo com isto ressaltar que os senhores dirigentes continuem atentos a estas considerações e cientes de sua significância nos rumos que tomará o **Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Município de Olímpia**.

André S. Grau

André Grau
Atuário IBA 2372



5. Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial



Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial - 2017

SP - PREFEITURA MUNICIPAL DE OLÍMPIA

CNPJ : **46.596.151/0001-55**

SIAFI : **986779**

Cadastro de

Nome do Plano : **Plano Único**

QUADRO 1 - Dados do Regime Próprio de Previdência – RPPS

1.1 Avaliação Atuarial

Data da Avaliação: **31/12/2016**

Data-Base: **31/12/2016**

Descrição da **Ativos, Aposentados e pensionistas que se encontravam vinculados**
População Coberta: **ao OLIMPIAPREV na data base do estudo atuarial.**

1.2 Plano de Benefícios, Regime Financeiro e Método de Financiamento

Benefícios do Plano		Regime Financeiro *	Método **
Sim	Aposentadorias por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória	CAP	Ortodoxo
Sim	Aposentadoria por Invalidez	RCC	
Sim	Pensão por Morte de segurado Ativo	RCC	
Sim	Pensão por Morte de Aposentado por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória	CAP	Ortodoxo
Sim	Pensão por Morte de Aposentado por Invalidez	RCC	
	Auxílio-doença		
	Salário-maternidade		
	Auxílio-reclusão		
	Salário-família		

QUADRO 2 - Hipóteses

2.1 Hipóteses Financeiras

Hipóteses	Valores
Taxa de Juros Real	6,00
Taxa Real de Crescimento do Salário por Mérito	1,00
Projeção de Crescimento Real do Salário por Produtividade	0,00
Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano	0,00
Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo Dos Salários	100,00
Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo Dos Benefícios	100,00

2.2 Hipóteses Biométricas

Hipóteses	Valores
Novos Entrados *	nulo
Tábua de Mortalidade de Válido (evento gerador morte)	IBGE 2014
Tábua de Mortalidade de Válido (evento gerador sobrevivência)	IBGE 2014
Tábua de Mortalidade de Inválido **	IBGE 2014
Tábua de Entrada em Invalidez ***	alvaro vindas
Tábua de Morbidez	
Outras Tábuas utilizadas	
Composição Familiar	Dados reais obtidos do cadastro do OLIMPIAPREV.

QUADRO 3 - Resultados

3.1 Valores

Campos	Valores da avaliação atuarial em R\$ *	
	Benefícios - Regime de Capitalização	Benefícios - Regime de Repartição
Ativo do Plano	111.355.708,37	
Valor Atual dos Salários Futuros	495.666.364,85	
Valor Atual dos Benefícios Futuros (Benefícios a conceder)	185.494.224,68	
Valor Atual dos Benefícios Futuros (Benefícios concedidos)	93.752.092,98	
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ente (Benefícios Concedidos)	0,00	
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ativo, Aposentado e Pensionista (Benefícios Concedidos)	26.806,31	
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ente (Benefícios a Conceder)	54.523.300,13	
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ativo, Aposentado e Pensionista (Benefícios a Conceder)	55.823.855,47	
Valor Atual da Compensação Previdenciária a Receber	27.615.067,93	
Valor Atual da Compensação Previdenciária a Pagar	0,00	
Resultado Atuarial: (+) Superávit / (-) Déficit	- 29.901.579,45	

3.2 Plano de Custeio - Alíquotas de Equilíbrio Definidas na Avaliação Atuarial

Contribuinte	Custo Normal *	Custo Suplementar *
Ente Público	16,00	6,00
Servidor Ativo	11,00	0,00
Servidor Aposentado	11,00	0,00
Pensionista	11,00	0,00
Base de Incidência das Contribuições do Ente Público **	FRA	FRA

3.3 Plano de Custeio por Benefício - Alíquotas de Equilíbrio Definidas na Avaliação Atuarial

Benefício	Custo Normal *	Custo Suplementar *
Aposentadoria por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória	18,19	4,96
Aposentadoria por Invalidez	2,02	0,00
Pensão por Morte de Segurado Ativo	0,79	0,00
Pensão por Morte de Aposentado por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória	3,81	1,04
Pensão por Morte de Aposentado por Invalidez	0,19	0,00
Auxílio Doença	0,00	0,00
Salário Maternidade	0,00	0,00
Auxílio Reclusão	0,00	0,00
Salário Família	0,00	0,00
Base de Incidência das Contribuições **	FRA	FRA

QUADRO 4 - Estatísticas

Situação da População Coberta	Quantidade		Remuneração Média (R\$) *		Idade Média	
	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Sexo Masculino
Ativos	959	407	2.263,97	2.713,63	42	45
Aposentados por Tempo de Contribuição	208	97	1.604,14	1.367,10	64	72
Aposentados por Idade	6	3	1.133,10	1.426,83	62	66
Aposentados Compulsória	0	2	0,00	1.111,47	0	73
Aposentados por Invalidez	10	10	1.359,89	1.977,75	57	59
Pensionistas	90	22	1.347,52	1.103,12	63	47



QUADRO 5 - Projeção Atuarial

Exercício	Receitas	Despesas	Resultado
2017	9.793.515,21	8.556.136,62	112.593.086,97
2018	9.273.529,89	8.381.487,73	113.485.129,13
2019	8.780.424,40	8.202.360,59	114.063.192,95
2020	8.295.923,52	8.092.345,45	114.266.771,02
2021	7.807.075,54	8.250.720,79	113.823.125,77
2022	7.333.893,02	8.508.009,85	112.649.008,93
2023	6.902.813,68	8.548.843,64	111.002.978,98
2024	6.436.854,33	8.977.047,21	108.462.786,09
2025	5.977.884,26	9.410.661,88	105.030.008,48
2026	5.560.163,50	9.607.681,43	100.982.490,55
2027	5.171.278,37	9.646.596,35	96.507.172,56
2028	4.828.869,48	9.451.151,15	91.884.890,89
2029	4.510.469,15	9.223.843,41	87.171.516,63
2030	4.215.819,97	8.938.080,81	82.449.255,80
2031	3.889.313,04	9.140.480,88	77.198.087,96
2032	3.641.204,28	8.724.411,67	72.114.880,58
2033	3.411.276,11	8.276.462,83	67.249.693,86
2034	3.172.904,50	7.987.156,19	62.435.442,16
2035	2.932.560,63	7.708.036,07	57.659.966,73
2036	2.710.858,38	7.258.736,24	53.112.088,86
2037	2.520.656,75	6.845.019,95	48.787.725,66
2038	2.328.915,16	6.400.998,42	44.715.642,40
2039	2.142.944,20	5.984.064,84	40.874.521,76
2040	1.919.245,46	6.094.463,56	36.699.303,67
2041	1.750.258,21	5.890.129,25	32.559.432,62
2042	1.572.685,35	5.819.478,02	28.312.639,94
2043	1.432.171,17	5.400.014,04	24.344.797,08
2044	1.266.290,35	5.485.181,49	20.125.905,94
2045	1.090.307,26	5.586.589,23	15.629.623,97
2046	938.330,46	5.657.647,57	10.910.306,86
2047	823.584,75	5.338.552,06	6.395.339,55
2048	741.307,47	4.860.215,30	2.276.431,73
2049	660.251,17	4.504.827,00	-1.568.144,10
2050	573.377,09	4.113.128,71	-5.107.895,72
2051	500.477,99	3.767.853,46	-8.375.271,19
2052	434.521,96	3.488.318,54	-11.429.067,77
2053	387.495,55	3.125.765,98	-14.167.338,19
2054	343.799,21	2.779.587,33	-16.603.126,32
2055	305.772,75	2.468.943,73	-18.766.297,29
2056	271.735,23	2.186.374,88	-20.680.936,94
2057	242.253,40	1.936.921,94	-22.375.605,49
2058	212.304,05	1.684.023,57	-23.847.325,02
2059	182.541,32	1.436.544,51	-25.101.328,21
2060	155.993,74	1.216.810,25	-26.162.144,71
2061	132.818,75	1.031.724,63	-27.061.050,59
2062	104.140,10	820.199,88	-27.777.110,37
2063	79.558,51	633.536,42	-28.331.088,28



2064	62.484,00	496.342,71	-28.764.946,99
2065	49.082,14	389.210,54	-29.105.075,39
2066	36.387,01	287.255,53	-29.355.943,91
2067	26.835,54	210.845,90	-29.539.954,27
2068	19.205,00	150.010,06	-29.670.759,32
2069	12.713,13	98.854,34	-29.756.900,53
2070	7.296,47	56.541,63	-29.806.145,69
2071	4.296,36	33.104,14	-29.834.953,47
2072	2.377,59	18.200,93	-29.850.776,81
2073	1.651,73	12.562,50	-29.861.687,58
2074	1.044,78	7.896,74	-29.868.539,54
2075	595,74	4.474,04	-29.872.417,84
2076	471,30	3.516,89	-29.875.463,43
2077	446,70	3.312,58	-29.878.329,30
2078	423,37	3.120,13	-29.881.026,06
2079	401,25	2.938,87	-29.883.563,68
2080	380,26	2.768,14	-29.885.951,56
2081	360,36	2.607,32	-29.888.198,52
2082	341,49	2.455,85	-29.890.312,89
2083	323,59	2.313,18	-29.892.302,48
2084	306,62	2.178,80	-29.894.174,65
2085	290,53	2.052,22	-29.895.936,33
2086	275,28	1.933,00	-29.897.594,05
2087	260,82	1.820,70	-29.899.153,94
2088	210,30	1.459,81	-29.900.403,45
2089	126,32	871,91	-29.901.149,03
2090	62,57	429,44	-29.901.515,91
2091	10,89	74,44	-29.901.579,45

QUADRO 6 - Parecer Atuarial

Face aos resultados obtidos, levando em consideração os dados dos servidores municipais referentes a **31 de dezembro de 2.016** do **Município de Olímpia** e a legislação vigente (Lei nº. 9.717, Emendas Constitucionais nº. 20, nº. 41, nº. 47 e nº. 70, Portaria MPAS nº. 4.992/99, 402/08, 403/08, 21/13, 440/13, 21/13 e leis locais em vigor), bem como as premissas básicas de cálculo e metodologia aplicada, pode-se concluir que:

O Regime Próprio de Previdência dos Servidores Municipais de Olímpia possui um sistema de cadastro atualizado semestralmente no que diz respeito aos servidores inativos e pensionistas e está procedendo ao cadastramento dos servidores ativos no momento da admissão, apresentando uma base cadastral consistente, porém devemos apontar que a média de tempo de contribuição de serviço anterior apurada pelo cálculo está abaixo das médias que temos observado comumente, desta forma fica sugerido uma revisão no quesito tempo de contribuição de serviço anterior, dado que pode afetar consideravelmente os resultados atuariais. Foram contemplados **1.366 servidores ativos, 336 aposentados e 112 pensionistas.**

O Instituto aplica atualmente alíquota normal de contribuição previdenciária de **16%** da parte patronal e **11%** da parte do servidor. O Ativo Real do Regime é de **R\$ 111.355.708,37**, e o resultado superavitário apurado para o exercício é de **R\$ 29.901.579,45**. As despesas administrativas representam **2%** dos **22%** da alíquota patronal normal, ou seja, tais despesas foram computadas no cálculo atuarial, representando um total de **R\$ 15.498.253,65**.

Os rendimentos provenientes dos investimentos do ativo disponível apresentaram resultado **17,31%**, ficando acima da meta atuarial definida em **12,64%** (IPCA+6%).

Portanto, dentro da proposta de equilíbrio atuarial, está a alíquota de contribuição previdenciária sugerida, aporte financeiro e de recursos provenientes de processos de compensação previdenciária entre o Instituto e o Ministério da Previdência Social, bem como aplicação dos recursos financeiros disponíveis no mercado de investimentos, uma perfeita administração nos custos de manutenção do Instituto de Previdência e uma correta avaliação na concessão dos processos de aposentadoria e pensão, visando o equilíbrio no regime, de uma forma mais rápida e consistente.

É necessário salientar a importância do repasse regular da quota de contribuição previdenciária ao Instituto, do Município e suas autarquias, o que permitirá, através de uma eficiente administração de recursos, a melhora da situação financeira do Regime Próprio de Previdência, visto que qualquer necessidade financeira do Regime recairá sobre o custo especial/suplementar para o ente, em futuras avaliações atuariais.

Comparativo dos 3 últimos exercícios

	2014	2015	2016
Ativo	78.635.745,59	90.768.458,24	111.355.708,37
Alíquota Praticada	33%	33%	27%
Déficit (Allq Prat 75anos)	+14.310.400,48	+7.584.062,47	-29.901.579,45
Número de Servidores	1.060	1.339	1.366
Despesa com Servidores	2.157.051,31	2.887.316,35	3.275.594,60
Número de Aposentados	280	297	336
Despesa com Aposentados	261.853,41	350.780,47	512.949,28
Número de Pensionistas	106	101	112
Despesa com Pensionistas	97.106,01	106.035,16	145.545,35

Podemos observar o surgimento de déficit atuarial que se deu em decorrência da **Nota Técnica SPPS nº. 12/2016**, que proibiu o uso da Geração Futura na avaliação atuarial dos RPPS. A Geração Futura era utilizada como forma de reposição da massa de servidores ativos que vão se aposentando, mantendo assim o quadro de servidores do Ente Federativo estável. Após o advento da Nota supracitada somos obrigados a considerar, atuarialmente, que em um período de tempo de cerca de 30 anos o Ente Federativo não contará mais com servidores ativos em seu quadro. Tal medida vai na contra mão dos preceitos atuariais uma vez que devemos escolher as premissas que melhor reproduzam a situação do RPPS nos anos futuros e sendo assim, uma das poucas certezas que podemos ter é que o quadro de servidores não será esvaziado conforme os servidores ativos se aposentam.

Crescimento salarial últimos 3 exercícios

Crescimento Salarial			
2014/2013	2015/2014	2016/2015	Média
1,02%	0,92%	0,91%	0,95%

O crescimento salarial utilizado no cenário apresentado neste estudo foi definido através da alíquota limite permitida, que corresponde a 1% ao ano. Os resultados obtidos através da média dos últimos três exercícios está próximo do limite permitido.

Para a taxa real de crescimento dos benefícios do plano foi usado o valor de 0%.

Abaixo apresentaremos os resultados de forma conclusiva, como devem ser apresentados ao MPS através da postagem do Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial, segundo as instruções de preenchimento.

F.1. Idade hipotética, por sexo, adotada nesta avaliação como primeira vinculação a qualquer regime previdenciário para suprir deficiência cadastral no cálculo da estimativa do tempo de contribuição, ou a justificativa técnica pertinente, conforme quadro:

Idade hipotética adotada nesta avaliação como primeira vinculação a regime previdenciário - Masculino	28,87
Idade hipotética adotada nesta avaliação como primeira vinculação a regime previdenciário - Feminino	29,98
Justificativa Técnica: É a média apurada através da base de dados livre de inconsistências, com recadastramento atualizado, da data de entrada dos servidores ativos.	

F.2. Idade média projetada, por sexo, verificada na avaliação atuarial para a aposentadoria programada dos servidores válidos, conforme quadro:

Idade Média Projetada para a aposentadoria programada - Não Professores - Masculino	64,48
Idade Média Projetada para a aposentadoria programada - Não Professores - Feminino	60,71
Idade Média Projetada para a aposentadoria programada - Professores - Masculino	60,21
Idade Média Projetada para a aposentadoria programada - Professores - Feminino	56,04

F.3. A Meta Atuarial (Bruta = juros + inflação) em 2016 conforme a Política de Investimentos, a rentabilidade nominal (Bruta = Juros+Inflação) em 2016 auferida na aplicação dos recursos do RPPS calculada com base na Taxa Interna de Retorno (TIR) anualizada, percentual da inflação anual identificando o indexador e a justificativa técnica quanto à adequação da taxa de juros reais adotada na avaliação comparada à rentabilidade auferida na aplicação dos recursos do RPPS e o estabelecido na Política de Investimentos, conforme quadro - (em percentuais):

Meta Atuarial (Bruta = juros + inflação) em 2016 - Política de Investimentos	12,64
Rentabilidade nominal (Bruta = juros + inflação) em 2016	17,31
Inflação anual - 2016:	6,64
Indexador:	IPCA
Justificativa Técnica: Limite prudencial permitido pela portaria MPS 403/08.	

F.4. A justificativa técnica para eventuais discrepâncias da taxa anual real de crescimento da remuneração adotada nesta avaliação e a média da taxa anual real de crescimento da remuneração dos últimos três anos, conforme quadro:

Taxa média anual real de crescimento da remuneração nos últimos três anos	1%
Justificativa Técnica: Limite permitido pela portaria, a formulação exigida pelo MPS não é suficiente para analisar o real crescimento salarial.	

F.5. A justificativa técnica para eventuais discrepâncias da taxa anual real de crescimento dos benefícios do plano adotada nesta avaliação comparada com a verificada na análise dos benefícios, conforme quadro:

Taxa média anual real de crescimento dos benefícios verificada na análise dos benefícios	0%
Justificativa Técnica: Valor permitido pela portaria 403/08.	

F.8. No caso de plano de amortização do déficit atuarial, consignar neste Parecer somente a opção escolhida pelo ente e RPPS, informando ano a ano as alíquotas ou os valores dos aportes, conforme o caso, observado o prazo de amortização remanescente:

Ano	%	Base	Saldo	Pgto	Final	Final
2017	6,00%	42.582.730,32	29.901.579,45	(2.554.963,82)	1.640.796,94	28.987.412,57
2018	6,00%	43.008.557,62	28.987.412,57	(2.580.513,46)	1.584.413,95	27.991.313,06
2019	6,00%	43.438.643,20	27.991.313,06	(2.606.318,59)	1.523.099,67	26.908.094,13
2020	6,00%	43.873.029,63	26.908.094,13	(2.632.381,78)	1.456.542,74	25.732.255,10
2021	6,00%	44.311.759,93	25.732.255,10	(2.658.705,60)	1.384.412,97	24.457.962,47
2022	6,00%	44.754.877,53	24.457.962,47	(2.685.292,65)	1.306.360,19	23.079.030,01
2023	6,00%	45.202.426,30	23.079.030,01	(2.712.145,58)	1.222.013,07	21.588.897,50
2024	6,00%	45.654.450,57	21.588.897,50	(2.739.267,03)	1.130.977,83	19.980.608,29
2025	6,00%	46.110.995,07	19.980.608,29	(2.766.659,70)	1.032.836,92	18.246.785,50
2026	6,00%	46.572.105,02	18.246.785,50	(2.794.326,30)	927.147,55	16.379.606,75
2027	6,00%	47.037.826,07	16.379.606,75	(2.822.269,56)	813.440,23	14.370.777,42
2028	6,00%	47.508.204,33	14.370.777,42	(2.850.492,26)	691.217,11	12.211.502,27
2029	6,00%	47.983.286,38	12.211.502,27	(2.878.997,18)	559.950,31	9.892.455,39
2030	6,00%	48.463.119,24	9.892.455,39	(2.907.787,15)	419.080,09	7.403.748,33
2031	6,00%	48.947.750,43	7.403.748,33	(2.936.865,03)	268.013,00	4.734.896,30
2032	6,00%	49.437.227,94	4.734.896,30	(2.966.233,68)	106.119,76	1.874.782,39
2033	6,00%	49.931.600,22	1.874.782,39	(2.995.896,01)	(67.266,82)	(1.188.380,44)
2034	6,00%	50.430.916,22	(1.188.380,44)	(3.025.854,97)	(252.854,13)	(4.467.089,54)
2035	6,00%	50.935.225,38	(4.467.089,54)	(3.056.113,52)	(451.392,18)	(7.974.595,25)
2036	6,00%	51.444.577,63	(7.974.595,25)	(3.086.674,66)	(663.676,19)	(11.724.946,10)
2037	6,00%	51.959.023,41	(11.724.946,10)	(3.117.541,40)	(890.549,25)	(15.733.036,76)
2038	6,00%	52.478.613,64	(15.733.036,76)	(3.148.716,82)	(1.132.905,21)	(20.014.658,79)
2039	6,00%	53.003.399,78	(20.014.658,79)	(3.180.203,99)	(1.391.691,77)	(24.586.554,54)
2040	6,00%	53.533.433,78	(24.586.554,54)	(3.212.006,03)	(1.667.913,63)	(29.466.474,20)
2041	6,00%	54.068.768,12	(29.466.474,20)	(3.244.126,09)	(1.962.636,02)	(34.673.236,31)
2042	6,00%	54.609.455,80	(34.673.236,31)	(3.276.567,35)	(2.276.988,22)	(40.226.791,88)
2043	6,00%	55.155.550,36	(40.226.791,88)	(3.309.333,02)	(2.612.167,49)	(46.148.292,39)
2044	6,00%	55.707.105,86	(46.148.292,39)	(3.342.426,35)	(2.969.443,12)	(52.460.161,87)
2045	6,00%	56.264.176,92	(52.460.161,87)	(3.375.850,62)	(3.350.160,75)	(59.186.173,23)
2046	6,00%	56.826.818,69	(59.186.173,23)	(3.409.609,12)	(3.755.746,94)	(66.351.529,29)

F.9. Elaborar quadro com projeção da evolução das provisões matemáticas para os próximos doze meses, discriminadas por rubricas dos respectivos valores atuais de acordo com a fórmula descrita em nota técnica atuarial. Alternativamente, pode-se utilizar da fórmula recursiva por interpolação linear, abaixo descrita, para o preenchimento do quadro da evolução das provisões.

Benefícios Concedidos:

	PMBC	VABF	Cont. ENTE	Cont. Inativo	Cont. Pens.	Comprev	Parcelamento
Mês	2.2.7.2.1.03.00	2.2.7.2.1.03.01	2.2.7.2.1.03.02	2.2.7.2.1.03.03	2.2.7.2.1.03.04	2.2.7.2.1.03.05	2.2.7.2.1.03.06
0	84.350.077,39	93.752.092,98	0,00	26.806,31	0,00	9.375.209,29	0,00
1	84.089.299,57	93.461.281,64	0,00	26.055,24	0,00	9.345.926,83	0,00
2	83.829.819,16	93.171.917,11	0,00	25.307,90	0,00	9.316.790,05	0,00
3	83.571.629,70	92.883.992,21	0,00	24.564,29	0,00	9.287.798,23	0,00
4	83.314.724,75	92.597.499,77	0,00	23.824,37	0,00	9.258.950,64	0,00
5	83.059.097,94	92.312.432,66	0,00	23.088,14	0,00	9.230.246,58	0,00
6	82.804.742,91	92.028.783,79	0,00	22.355,56	0,00	9.201.685,32	0,00
7	82.551.653,32	91.746.546,12	0,00	21.626,64	0,00	9.173.266,16	0,00
8	82.299.822,88	91.465.712,61	0,00	20.901,34	0,00	9.144.988,39	0,00
9	82.049.245,33	91.186.276,28	0,00	20.179,64	0,00	9.116.851,30	0,00
10	81.799.914,43	90.908.230,17	0,00	19.461,54	0,00	9.088.854,20	0,00
11	81.551.823,98	90.631.567,39	0,00	18.747,01	0,00	9.060.996,39	0,00
12	81.349.733,92	90.354.904,60	0,00	18.742,18	0,00	8.986.428,50	0,00

Benefícios a Conceder:

	PMBC	VABF	Cont. ENTE	Cont. Ativo	Comprev	Parcelamento	Equacionamento	Outros
Mês	2.2.7.2.1.04.00	2.2.7.2.1.04.01	2.2.7.2.1.04.02	2.2.7.2.1.04.03	2.2.7.2.1.04.04	2.2.7.2.1.04.05	2.2.7.2.1.05.00	2.2.7.2.1.05.98
0	185.494.224,68	54.523.300,13	55.823.855,47	18.239.858,65	0,00	115.150,15	0,00	185.494.224,68
1	185.444.999,06	54.235.483,73	55.612.790,10	18.235.034,54	0,00	115.150,15	0,00	185.444.999,06
2	185.388.499,56	53.948.860,99	55.402.600,10	18.229.497,59	0,00	115.150,15	0,00	185.388.499,56
3	185.332.281,16	53.663.427,17	55.193.281,96	18.223.988,18	0,00	115.150,15	0,00	185.332.281,16
4	185.276.342,44	53.379.177,52	54.984.832,21	18.218.506,19	0,00	115.150,15	0,00	185.276.342,44
5	185.212.314,17	53.096.107,32	54.777.247,41	18.212.231,42	0,00	115.150,15	0,00	185.212.314,17
6	185.142.115,88	52.814.211,89	54.570.524,09	18.205.351,99	0,00	115.150,15	0,00	185.142.115,88
7	185.069.321,27	52.533.486,53	54.364.658,82	18.198.218,12	0,00	115.150,15	0,00	185.069.321,27
8	184.995.301,44	52.253.926,58	54.159.648,19	18.190.964,17	0,00	115.150,15	0,00	184.995.301,44
9	184.921.649,87	51.975.527,39	53.955.488,79	18.183.746,32	0,00	115.150,15	0,00	184.921.649,87
10	184.848.364,73	51.698.284,33	53.752.177,21	18.176.564,37	0,00	115.150,15	0,00	184.848.364,73
11	184.771.239,39	51.422.192,80	53.549.710,09	18.169.006,09	0,00	115.150,15	0,00	184.771.239,39
12	184.045.305,55	50.045.697,06	52.173.214,35	18.091.331,17	0,00	115.150,15	0,00	184.045.305,55

Assim, diante dos argumentos aqui expostos, salientamos que os resultados desta avaliação atuarial são extremamente sensíveis às variações das hipóteses e premissas utilizadas nos cálculos e que, modificações futuras destes fatores, poderão implicar variações substanciais nos resultados atuariais, devendo com isto ressaltar que os senhores dirigentes continuem atentos a estas considerações e cientes de sua significância nos rumos que tomará o **Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Município de Olímpia**.

Antônio S. Gomes



QUADRO 7 - Certificado

Certifico para os devidos fins, que este Demonstrativo representa o Resumo do Cálculo Atuarial por mim realizado, sendo os resultados de minha inteira responsabilidade para quaisquer aspectos legais.

7.1 Atuário Responsável pela Avaliação

Nome: **André Sablewski Grau**
MIBA: **2372**
CPF: **31345899823**
Correio eletrônico: **andregrau@gmail.com**
Telefone: **(016) 99165 7754**

Certifico para os devidos fins, que este é o Demonstrativo Oficial, referente ao exercício em questão, estando ciente das informações repassadas pelo atuário responsável técnico.

7.2 Representante Legal do RPPS

Nome: **Luis Carlos Biagi**
Cargo: **Diretor Presidente**
CPF: **02566848807**
Correio eletrônico: **luis.biagi@gmail.com**
Telefone: **(017) 32806069**



6. Anexos



Anexo I
RESUMO DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS
DA AVALIAÇÃO ATUARIAL
Olímpia – IBGE 2014 – Deficitário

Ativo Real	R\$111.355.708,37
Valor Atual dos Salários Futuros - (VASF)	R\$495.666.364,85
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ente (Benefícios Concedidos) - (VACF)	R\$0,00
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ativo, Aposentado e Pensionista (Benefícios Concedidos) - (VACF)	R\$26.806,31
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ente (Benefícios a Conceder) - (VACF)	R\$54.523.300,13
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ativo, Aposentado e Pensionista (Benefícios a Conceder) - (VACF)	R\$55.823.855,47
Total das Contribuições Futuras dos Ativos, Aposentados, Pensionistas, do Ente (Benefícios Concedidos e a Conceder)	R\$110.373.961,91
Compensação Previdenciária	R\$27.615.067,93
Reserva Técnica (Aporte Inicial, Créditos Constituídos)	R\$ 0,00
Total de Créditos Constituídos	R\$ 137.989.029,84
Valor Atual dos Benefícios Futuros a Conceder - (VABF)	R\$185.494.224,68
Valor Atual dos Benefícios Futuros Concedidos - (VABF)	R\$93.752.092,98
Total dos Benefícios Futuros (Concedidos e a Conceder)	R\$279.246.317,66
Resultado Atuarial	(R\$29.901.579,45)
Despesas Administrativas	R\$15.498.253,65



Anexo II

DEMONSTRATIVO DAS PROJEÇÕES ATUARIAIS DO REGIME DE PREVIDÊNCIA PRÓPRIA

(Artigo 53, §1º, Inciso II da LRF)

ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL

Olímpia - IBGE 2014 - Deficitário

Exercício	Receitas	Despesas	Resultado
2017	9.793.515,21	8.556.136,62	112.593.086,97
2018	9.273.529,89	8.381.487,73	113.485.129,13
2019	8.780.424,40	8.202.360,59	114.063.192,95
2020	8.295.923,52	8.092.345,45	114.266.771,02
2021	7.807.075,54	8.250.720,79	113.823.125,77
2022	7.333.893,02	8.508.009,85	112.649.008,93
2023	6.902.813,68	8.548.843,64	111.002.978,98
2024	6.436.854,33	8.977.047,21	108.462.786,09
2025	5.977.884,26	9.410.661,88	105.030.008,48
2026	5.560.163,50	9.607.681,43	100.982.490,55
2027	5.171.278,37	9.646.596,35	96.507.172,56
2028	4.828.869,48	9.451.151,15	91.884.890,89
2029	4.510.469,15	9.223.843,41	87.171.516,63
2030	4.215.819,97	8.938.080,81	82.449.255,80
2031	3.889.313,04	9.140.480,88	77.198.087,96
2032	3.641.204,28	8.724.411,67	72.114.880,58
2033	3.411.276,11	8.276.462,83	67.249.693,86
2034	3.172.904,50	7.987.156,19	62.435.442,16
2035	2.932.560,63	7.708.036,07	57.659.966,73
2036	2.710.858,38	7.258.736,24	53.112.088,86
2037	2.520.656,75	6.845.019,95	48.787.725,66
2038	2.328.915,16	6.400.998,42	44.715.642,40
2039	2.142.944,20	5.984.064,84	40.874.521,76
2040	1.919.245,46	6.094.463,56	36.699.303,67
2041	1.750.258,21	5.890.129,25	32.559.432,62
2042	1.572.685,35	5.819.478,02	28.312.639,94
2043	1.432.171,17	5.400.014,04	24.344.797,08
2044	1.266.290,35	5.485.181,49	20.125.905,94
2045	1.090.307,26	5.586.589,23	15.629.623,97
2046	938.330,46	5.657.647,57	10.910.306,86
2047	823.584,75	5.338.552,06	6.395.339,55
2048	741.307,47	4.860.215,30	2.276.431,73
2049	660.251,17	4.504.827,00	-1.568.144,10
2050	573.377,09	4.113.128,71	-5.107.895,72
2051	500.477,99	3.767.853,46	-8.375.271,19
2052	434.521,96	3.488.318,54	-11.429.067,77
2053	387.495,55	3.125.765,98	-14.167.338,19
2054	343.799,21	2.779.587,33	-16.603.126,32
2055	305.772,75	2.468.943,73	-18.766.297,29
2056	271.735,23	2.186.374,88	-20.680.936,94



Exercício	Receitas	Despesas	Resultado
2057	242.253,40	1.936.921,94	-22.375.605,49
2058	212.304,05	1.684.023,57	-23.847.325,02
2059	182.541,32	1.436.544,51	-25.101.328,21
2060	155.993,74	1.216.810,25	-26.162.144,71
2061	132.818,75	1.031.724,63	-27.061.050,59
2062	104.140,10	820.199,88	-27.777.110,37
2063	79.558,51	633.536,42	-28.331.088,28
2064	62.484,00	496.342,71	-28.764.946,99
2065	49.082,14	389.210,54	-29.105.075,39
2066	36.387,01	287.255,53	-29.355.943,91
2067	26.835,54	210.845,90	-29.539.954,27
2068	19.205,00	150.010,06	-29.670.759,32
2069	12.713,13	98.854,34	-29.756.900,53
2070	7.296,47	56.541,63	-29.806.145,69
2071	4.296,36	33.104,14	-29.834.953,47
2072	2.377,59	18.200,93	-29.850.776,81
2073	1.651,73	12.562,50	-29.861.687,58
2074	1.044,78	7.896,74	-29.868.539,54
2075	595,74	4.474,04	-29.872.417,84
2076	471,30	3.516,89	-29.875.463,43
2077	446,70	3.312,58	-29.878.329,30
2078	423,37	3.120,13	-29.881.026,06
2079	401,25	2.938,87	-29.883.563,68
2080	380,26	2.768,14	-29.885.951,56
2081	360,36	2.607,32	-29.888.198,52
2082	341,49	2.455,85	-29.890.312,89
2083	323,59	2.313,18	-29.892.302,48
2084	306,62	2.178,80	-29.894.174,65
2085	290,53	2.052,22	-29.895.936,33
2086	275,28	1.933,00	-29.897.594,05
2087	260,82	1.820,70	-29.899.153,94
2088	210,30	1.459,81	-29.900.403,45
2089	126,32	871,91	-29.901.149,03
2090	62,57	429,44	-29.901.515,91
2091	10,89	74,44	-29.901.579,45



Anexo III

DEMONSTRATIVO DAS PROJEÇÕES ATUARIAIS DO REGIME DE PREVIDÊNCIA PRÓPRIA

(Artigo 53, §1º, Inciso II, anexo XIII da LRF)

ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL

Olímpia - IBGE 2014 - Deficitário

Exercício	Repasso Contribuição Patronal	Receitas Previdenciárias	Despesas Previdenciárias	Resultado Previdenciário	Saldo Financeiro do Exercício
2017	4.533.799,46	5.259.715,75	8.556.136,62	1.237.378,60	112.593.086,97
2018	4.277.267,30	4.996.262,59	8.381.487,73	892.042,16	113.485.129,13
2019	4.034.432,53	4.745.991,87	8.202.360,59	578.063,82	114.063.192,95
2020	3.793.166,73	4.502.756,79	8.092.345,45	203.578,08	114.266.771,02
2021	3.535.156,29	4.271.919,24	8.250.720,79	-443.645,26	113.823.125,77
2022	3.277.514,65	4.056.378,36	8.508.009,85	-1.174.116,84	112.649.008,93
2023	3.054.651,20	3.848.162,49	8.548.843,64	-1.646.029,95	111.002.978,98
2024	2.798.042,34	3.638.811,98	8.977.047,21	-2.540.192,89	108.462.786,09
2025	2.539.667,24	3.438.217,02	9.410.661,88	-3.432.777,61	105.030.008,48
2026	2.313.474,58	3.246.688,91	9.607.681,43	-4.047.517,93	100.982.490,55
2027	2.110.811,48	3.060.466,88	9.646.596,35	-4.475.317,99	96.507.172,56
2028	1.942.570,40	2.886.299,08	9.451.151,15	-4.622.281,67	91.884.890,89
2029	1.790.831,96	2.719.637,18	9.223.843,41	-4.713.374,26	87.171.516,63
2030	1.652.071,60	2.563.748,38	8.938.080,81	-4.722.260,83	82.449.255,80
2031	1.475.665,98	2.413.647,06	9.140.480,88	-5.251.167,84	77.198.087,96
2032	1.369.821,88	2.271.382,40	8.724.411,67	-5.083.207,38	72.114.880,58
2033	1.275.139,32	2.136.136,79	8.276.462,83	-4.865.186,72	67.249.693,86
2034	1.168.646,85	2.004.257,65	7.987.156,19	-4.814.251,70	62.435.442,16
2035	1.059.705,73	1.872.854,90	7.708.036,07	-4.775.475,44	57.659.966,73
2036	970.312,32	1.740.546,06	7.258.736,24	-4.547.877,86	53.112.088,86
2037	894.372,70	1.626.284,05	6.845.019,95	-4.324.363,20	48.787.725,66
2038	821.194,36	1.507.720,80	6.400.998,42	-4.072.083,26	44.715.642,40
2039	746.803,35	1.396.140,85	5.984.064,84	-3.841.120,65	40.874.521,76
2040	626.582,56	1.292.662,90	6.094.463,56	-4.175.218,09	36.699.303,67
2041	550.527,43	1.199.730,78	5.890.129,25	-4.139.871,04	32.559.432,62
2042	463.135,03	1.109.550,31	5.819.478,02	-4.246.792,68	28.312.639,94
2043	414.132,18	1.018.038,99	5.400.014,04	-3.967.842,87	24.344.797,08
2044	323.435,33	942.855,02	5.485.181,49	-4.218.891,14	20.125.905,94
2045	227.879,01	862.428,25	5.586.589,23	-4.496.281,96	15.629.623,97
2046	145.710,24	792.620,22	5.657.647,57	-4.719.317,11	10.910.306,86
2047	103.395,79	720.188,96	5.338.552,06	-4.514.967,31	6.395.339,55
2048	87.908,31	653.399,16	4.860.215,30	-4.118.907,82	2.276.431,73
2049	64.931,87	595.319,30	4.504.827,00	-3.844.575,83	-1.568.144,10
2050	42.939,73	530.437,36	4.113.128,71	-3.539.751,63	-5.107.895,72
2051	24.546,93	475.931,06	3.767.853,46	-3.267.375,46	-8.375.271,19
2052	6.292,98	428.228,98	3.488.318,54	-3.053.796,58	-11.429.067,77
2053	3.473,02	384.022,53	3.125.765,98	-2.738.270,43	-14.167.338,19
2054	2.087,59	341.711,63	2.779.587,33	-2.435.788,12	-16.603.126,32
2055	836,41	304.936,35	2.468.943,73	-2.163.170,98	-18.766.297,29



Exercício	Repassé Contribuição Patronal	Receitas Previdenciárias	Despesas Previdenciárias	Resultado Previdenciário	Saldo Financeiro do Exercício
2056	320,19	271.415,04	2.186.374,88	-1.914.639,65	-20.680.936,94
2057	45,27	242.208,13	1.936.921,94	-1.694.668,55	-22.375.605,49
2058	0,00	212.304,05	1.684.023,57	-1.471.719,53	-23.847.325,02
2059	0,00	182.541,32	1.436.544,51	-1.254.003,19	-25.101.328,21
2060	0,00	155.993,74	1.216.810,25	-1.060.816,51	-26.162.144,71
2061	0,00	132.818,75	1.031.724,63	-898.905,87	-27.061.050,59
2062	0,00	104.140,10	820.199,88	-716.059,79	-27.777.110,37
2063	0,00	79.558,51	633.536,42	-553.977,90	-28.331.088,28
2064	0,00	62.484,00	496.342,71	-433.858,71	-28.764.946,99
2065	0,00	49.082,14	389.210,54	-340.128,41	-29.105.075,39
2066	0,00	36.387,01	287.255,53	-250.868,51	-29.355.943,91
2067	0,00	26.835,54	210.845,90	-184.010,36	-29.539.954,27
2068	0,00	19.205,00	150.010,06	-130.805,06	-29.670.759,32
2069	0,00	12.713,13	98.854,34	-86.141,21	-29.756.900,53
2070	0,00	7.296,47	56.541,63	-49.245,16	-29.806.145,69
2071	0,00	4.296,36	33.104,14	-28.807,78	-29.834.953,47
2072	0,00	2.377,59	18.200,93	-15.823,34	-29.850.776,81
2073	0,00	1.651,73	12.562,50	-10.910,77	-29.861.687,58
2074	0,00	1.044,78	7.896,74	-6.851,96	-29.868.539,54
2075	0,00	595,74	4.474,04	-3.878,31	-29.872.417,84
2076	0,00	471,30	3.516,89	-3.045,59	-29.875.463,43
2077	0,00	446,70	3.312,58	-2.865,87	-29.878.329,30
2078	0,00	423,37	3.120,13	-2.696,76	-29.881.026,06
2079	0,00	401,25	2.938,87	-2.537,62	-29.883.563,68
2080	0,00	380,26	2.768,14	-2.387,88	-29.885.951,56
2081	0,00	360,36	2.607,32	-2.246,96	-29.888.198,52
2082	0,00	341,49	2.455,85	-2.114,36	-29.890.312,89
2083	0,00	323,59	2.313,18	-1.989,59	-29.892.302,48
2084	0,00	306,62	2.178,80	-1.872,17	-29.894.174,65
2085	0,00	290,53	2.052,22	-1.761,69	-29.895.936,33
2086	0,00	275,28	1.933,00	-1.657,72	-29.897.594,05
2087	0,00	260,82	1.820,70	-1.559,88	-29.899.153,94
2088	0,00	210,30	1.459,81	-1.249,51	-29.900.403,45
2089	0,00	126,32	871,91	-745,59	-29.901.149,03
2090	0,00	62,57	429,44	-366,87	-29.901.515,91
2091	0,00	10,89	74,44	-63,55	-29.901.579,45



Anexo IV

Relatório de Aposentandos/Especiais (Iminentes)

Titular	Situação	Cargo	Idade	Tempo	Pref.	Tpo Serv.	Salário
APARECIDA REGINA S	Estatutário	ESCRITURA	55	29	/10 / 06	29 /10 / 06	R\$2.000,60
ARLINDO VAROLLO	Estatutário	A.S.D	58	39	/07 / 26	39 /07 / 26	R\$1.953,30
DENISE TERESA	Estatutário	TECNICO	53	34	/10 / 00	34 /10 / 00	R\$5.035,32
ELISABETE AP GONCAL	Estatutário	ESCRITURA	53	30	/06 / 09	30 /06 / 09	R\$2.014,33
JOSE CARLOS TRIGO	Estatutário	ESCRITURA	54	39	/05 / 01	39 /05 / 01	R\$3.271,32
MARIA ZILDA DOS ANJOS	Estatutário	ASSISTENT	53	30	/03 / 01	30 /03 / 01	R\$3.656,93
MERCIA SANDRA ALBANO	Estatutário	SUPERVISO	57	36	/09 / 15	36 /09 / 15	R\$4.624,15
SONIA MARIA DE JESUS	Estatutário	TELEFONIS	58	30	/05 / 04	30 /05 / 04	R\$1.900,31

Total: 8 Titulares

R\$ 24.456,26

**DECLARAÇÃO
DE
REGULARIDADE**

Dedaramos, para os devidos fins, que **André Sablewski Grau** é Bacharel em Ciências Atuariais, registrado no Ministério do Trabalho e Emprego sob o nº **2372**, e no IBA - Instituto Brasileiro de Atuária, na categoria de Sócio Membro MIBA nº **2372** estando com suas contribuições regularizadas junto a este Instituto.

Esta declaração tem validade até a data de 31/08/2017.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2017.

Demarco Moreira de Oliveira

Instituto Brasileiro de Atuária

27.907.104/0001-30

INSTITUTO BRASILEIRO
DE ATUÁRIA

RUA DA ASSEMBLÉIA, 10 SALA 1504 / 1508
CENTRO - CEP 20011-001

RIO DE JANEIRO - RJ